



**Universidade de
Aveiro**

Ano 2018

Departamento de Educação e Psicologia

**Domingas
da
Anunciação
Madalena
Calovela
Rodrigues**

**POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA A FORMAÇÃO
INICIAL DE PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO NO
ISCED/HUÍLA - ANGOLA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação e Formação, na área de especialização de Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Professora Doutora Nilza Costa, Professora Catedrática do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio incondicional, meu esposo Alberto Sobrinho pela paciência e pela compreensão das minhas prolongadas ausências, pelos momentos de proximidade, conforto e companheirismo, especialmente as minhas filhas Arassy, Arísia e Arisilda, que ajudaram a mãe a concretizar uma meta importante da sua vida.

O júri

Presidente

Doutora Ana Isabel Andrade, Universidade de Aveiro

Vogais

Doutora Marta Abelha, Universidade Portucalense
(Arguente)

Doutora Nilza Costa, Universidade de Aveiro (Orientadora

Agradecimentos Primeiramente a Deus, por me ter protegido e iluminado

À minha família, como não poderia deixar de ser, ao meu esposo e minhas filhas (meu porto seguro), pela paciência, conforto e companheirismo, pelos momentos de proximidade e pela compreensão das minhas prolongadas ausências, e por tornaram os dias difíceis em mais fáceis,

Aos meus pais (pilares da minha vida) e irmãos pelos valores da responsabilidade e do trabalho que sempre me incutiram, que estiveram sempre lá, do meu lado, em todos os momentos, mesmo que inconscientemente, mesmo sem a percepção de que um simples sorriso e abraço pode mudar tudo.

Um especial agradecimento à minha Orientadora Doutora Nilza Costa pelo carinho, pela motivação, pela força, pelo apoio nos momentos em que mais precisei de conforto para que não desistisse, pela paciência e disponibilidade em ouvir as minhas lamentações e, principalmente, pela sua inigualável capacidade de me ter aceite apesar das minhas muitas fragilidades, por ter acreditado em mim, contribuído bastante para a minha projeção pessoal, acadêmica e profissional.

Aos meus professores, ao Doutor António Neto Mendes pelo apoio, e aos meus colegas e irmãos, especialmente a Albana e ao Elias pela interajuda e companheirismo,

A todos os que, direta ou indiretamente, foram deixando marcas na minha vida e ajudaram à concretização deste projeto.

Palavras-chave políticas educativas, formação inicial de professores, ensino da Química, ISCED-Huíla, Angola

resumo

A importância de se investir na formação de professores, nomeadamente na formação inicial (FIP), de forma a alcançar mais e melhor educação para todos integra os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) das Nações Unidas, em especial no seu quarto objectivo (UNESCO, 2016). A procura de se construir sistemas educativos fortes está igualmente presente na Estratégia da Comissão da União Africana/Agenda 2063 (AUA, 2016).

A nível de Angola, destaque-se a fase de consolidação de um ensino de qualidade. Desde a instauração da paz no País, em 2002, que se tem conseguido alcançar metas educativas importantes, por exemplo um aumento taxa de escolarização acima dos 50% (Ministério da Educação de Angola, 2014). No que diz respeito à formação de professores são de destacar políticas educativas e iniciativas nacionais, como por exemplo a publicação do Decreto Presidencial nº 109/11 (DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio, que aprova o estatuto do subsistema de formação de professores) e o Plano Mestre de Formação de Professores (Ministério da Educação da República de Angola, 2007) que integra um conjunto de medidas focadas também na FIP. Na era atual é de destacar a influência crescente de políticas internacionais nas nacionais (Akkari, 2017).

Contudo, e apesar dos esforços da tutela, Angola continua com um défice de professores qualificados (Ministério da Educação de Angola, 2014).

É neste contexto que se desenvolve a presente investigação, que tem a seguinte questão de partida: de que modos as políticas educativas nacionais para a FIP em Angola influenciam as locais (provinciais, institucionais)? No sentido de encontrar respostas a esta questão desenvolveu-se um estudo empírico em duas fases. Na primeira desenvolveu-se um estudo documental de discursos políticos e normativos com referência à FIP, no período de 2007 a 2017. Na segunda fase desenvolveu-se um estudo de caso centrado num Curso de FIP de uma Instituição de Ensino Superior pública – Curso de Ensino da Química do Instituto Superior de Ciências da Educação/ISCED da Huíla. Neste foram recolhidos dados através de análise documental (Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e Projeto Pedagógico do Curso/PPC), e de três entrevistas semiestruturadas ao Diretor Adjunto para a área Académica, ao Chefe de Secção de Curso/CSC e a um elemento da Direção Provincial da Educação. Foi utilizada a análise de conteúdo para tratamento dos dados recolhidos nas duas fases do estudo.

Os resultados sugerem, por exemplo, alinhamentos, mas também desfasamentos, dos discursos políticos e normativos analisados (no primeiro caso, o facto da FIP estar orientada para o desenvolvimento global dos futuros professores e, no segundo, de a FIP no subsistema de ensino superior). Também do estudo de caso emergem resultados em articulação com diretrizes nacionais (por exemplo, uma formação voltada para o desenvolvimento integral do futuro professor), mas outras não concordantes (por exemplo, a opinião do CSC de que um ponto forte do Curso é a acessibilidade que este dá a outras profissões fora do âmbito da docência). Sem se pretender generalizar os resultados obtidos, o estudo apresenta sugestões para a melhoria da FIP em Angola (por exemplo, serem potenciados espaços de análise e discussão de documentos reguladores da política nacional e formas de como estas podem influenciar as políticas locais e institucionais), e para a investigação (por exemplo, dar continuidade à análise documental elaborada após o período estudado).

Keywords

educational policies, initial teacher education, teaching of chemistry, ISCED-Huíla, Angola

Abstract

The importance to invest in teacher education, in particular in initial education (FIP), in order to achieve more and better education for all, integrates the 17 United Nations Sustainable Development Goals (2015-2030), especially in its fourth objective (UNESCO, 2016). The questioning for building strong education systems is also present in the African Union Commission/Agenda 2063 Strategy (AUA, 2016).

With respect to Angola, the consolidation phase of an education of quality should be highlighted. Since the establishment of peace in the country, in 2002, it has been possible to achieve important educational goals, for example an increase in the enrollment rate above 50% (Ministry of Education of Angola, 2014). Regarding teacher education, educational policies and national initiatives, such as the publication of the Presidential Decree No. 109/11 (DR No. 98, 1st series, of 26 the May, approving the status of the subsystem of teacher education) and the Plan for Teacher Education (Ministry of Education of the Republic of Angola, 2007) which includes a set of measures also focused on the FIP. In the current era it is important to highlight the growing influence of international policies in national ones (Akkari, 2017).

However, despite the governmental efforts, Angola continues with a shortage of qualified teachers (Ministry of Education of Angola, 2014).

It is in this context that the present research is developed. It has the following starting question: in what ways do national educational policies for the FIP in Angola influence the local ones (provincial, institutional)? In order to find answers to this question an empirical study was developed in two phases. In the first, a documental study of political and normative discourses was developed with reference to the FIP, from 2007 to 2017. In the second phase a case study was developed focusing on an FIP Course of a Public Higher Education Institution - Teaching of Chemistry of the Higher Institute of Educational Sciences/ISCED of Huíla. In this, data was gathered through documental analysis (Institutional Development Plan/PDI and the Pedagogical Project of the Course /PPC), and three semi-structured interviews with the Deputy Director for the Academic area, the Director of Degree/DPC and a member of the Provincial Education sector. Content analysis was used to deal with the data collected in the two phases of the study.

Results suggest, for example, alignments, but also non alignments, in the political and normative discourses analyzed (in the first case, the fact that FIP is oriented towards the overall development of future teachers and, in the second, FIP is not yet developed in the subsystem of higher education). Also from the case study, results emerge in articulation with national guidelines (for example, an education formative path aimed at the integral development of the future teacher), but others not (for example, the DPC's opinion that one of the Degree's strength is the accessibility which it gives to other professions outside the scope of teaching). Without claiming generalizations the results obtained, the study presents suggestions for the improvement of the FIP in Angola (for example, to promote analysis and discussion environments of documents which regulate national policies and ways of influencing local and institutional policies), and for research (for example, to continue the documental analysis after the period studied).

ÍNDICE

Introdução	6
Problematização e delimitação do objeto de estudo	10
Questões e Objectivos de investigação	10
Estrutura da dissertação	12
Capítulo I: Enquadramento teórico-normativo da política de formação inicial de professores	8
1.1. Formação Inicial de Professores.....	8
1.2 Políticas Educativas e normativos sobre a Formação Inicial de Professores (FIP) em Angola	11
1.3 Políticas Educativas e modos de influência nas práticas institucionais	15
Capítulo II: Metodologia do estudo.....	17
2.1. Opções e procedimentos metodológicos	17
2.2. Recolha de dados: procedimentos e instrumentos	19
2.2.1 Análise documental	20
2.2.2 Entrevista Semiestruturada.....	20
2.3. Tratamento e análise de dados: análise de conteúdo.....	21
2.4 Caraterização sumária do contexto do caso em estudo.....	22
Capítulo III: Apresentação e discussão de resultados	41
3.1 Análise do corpus (Fase 1 do estudo)	41
3.1.1. DA1 (Dimensão de Análise 1) - Nível(eis) do subsistema de FIP	41
3.1.2. DA 2 - Modelo(s) de FIP.....	42
3.1.3. DA 3- Dimensões curriculares dos programas de FIP	43
3.1.4. DA 4- Perfil de saída na FIP	45
3.1.5. DA 5- Acreditação e avaliação da FIP	46
3.1.6. DA 6- FIP e Formação contínua.....	46
Conclusões	58
Principais resultados do estudo	58
Limitações do estudo	60
Sugestões	60
Referências bibliográficas.....	62

ANEXO 1: Carta de solicitação de colaboração em estudo de investigação	50
ANEXO 2: Guiões de entrevistas	51
Guião da entrevista do E1.....	51
Guião da entrevista de investigação do E2.....	59
Guião da entrevista de investigação E3	67
ANEXO 3: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	73
Transcrição da entrevista feita ao E1 (validada).....	73
Transcrição da entrevista feita ao E2	83
Transcrição da 2ª entrevista feita ao E2 (validação)	90
Transcrição da entrevista feita ao E3 (validada	98

Índice de Tabelas

Tabela 1: Corpus dos documentos sobre as políticas educativas e normativos e breve síntese de cada um.....	11
Tabela 2: Síntese de evidências retiradas dos documentos referenciados na tabela 1...	12
Tabela 3: Análise do PDI e do PPC.....	47
Tabela 4: Perfil dos entrevistados.....	50
Tabela 5: Síntese da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, por dimensão de análise.....	52
Tabela 6: Transcrições ilustrativas por dimensão e categoria/subcategoria de análise..	53

Lista de Siglas

FIP- Formação Inicial de Professores

ISCED- Institutos Superiores de Ciências da Educação

CNE- Conselho Nacional da Educação

PMFP - Plano Mestre de Formação de Professores

INFQE- Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação

PNFQ- Plano Nacional de Desenvolvimento

ENDRH- Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

AGEE- Agenda Globalmente Estruturada para a Educação

ZIP- Zona de Influência Pedagógica

ESFP- Estatuto do Subsistema de Formação de Professores

IES- Instituições de Ensino Superior

ESFP- Estatuto do Subsistema de Formação de Professores

DP- Decreto Presidencial

INIDE- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC- Projeto Pedagógico do Curso

DA- Dimensões de Análise

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo

CP- Coordenador Provincial

E- Entrevistado

C- Categoria

UNESCO- Organização das Nações unidas Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

Introdução

Contextualização

A temática desta dissertação reside na Formação Inicial de Professores (FIP) para o ensino secundário, nomeadamente em Angola, e a forma como as políticas educativas internacionais e nacionais influenciam as locais (provinciais e institucionais).

A escolha desta temática resultou de motivações pessoais, profissionais e da literatura. Quanto às motivações pessoais e profissionais, imergiram da constatação pela autora, enquanto professora formadora de futuros professores de Química para o subsistema de ensino secundário, da necessidade de melhorar a formação ministrada nas instituições de formação, e em particular na sua articulação com as políticas nacionais e internacionais. Da literatura pela relevância que é dada a esta temática.

Nos últimos tempos constata-se que a estabilidade do processo educativo a todos os níveis está determinada, por um lado, pela forma como são concebidas as políticas educativas de formação de professores e, por outro, pela forma como esta está articulada com as políticas institucionais e práticas docentes.

São reconhecidas recorrentes limitações nas competências dos professores para a sua atuação, justificada pela forma como os conhecimentos têm sido encarados, não sendo o processo de formação (inicial e continua) encarado pela sua sistematicidade e, sim, como um produto, marcado principalmente pela forte inclinação a exposição de conteúdos pelos professores e sua reprodução pelos formandos. De acordo com Cardoso e Flores (2009, p.661), *“o curso não lhe fornece espaços para conhecer, com o devido rigor, profundidade e criticidade, as condições histórico – sociais do processo educacional concreto em que vai atuar, o que acaba por levar a que a sua prática docente se torna meramente técnica e mecânica”*.

Neste sentido, Júnior (2013, p. 6), ressalta a ideia de que *“formar professores implica a responsabilidade de formar novas gerações - trata-se de uma tarefa difícil, mas, honrosa, pois dela depende em grande medida o desenvolvimento do país e da sociedade”*. Para a consecução deste objetivos, é necessário, como acrescenta o mesmo autor que *“... só é possível com homens pensantes, homens que tenham consciência, do que estão fazendo, homens que tenham uma cultura científica dos fenómenos que regem a natureza.”*

No contexto de Angola, de acordo com Cardoso (2006), citado por Cardoso e Flores (2009, p.662), “as atuais escolas de formação de professores não escapam às exigências impostas pela sociedade angolana, no que diz respeito a planos e programas académicos que permitam a formação e o desenvolvimento de competências e de capacidades intelectuais requeridas face ao desenvolvimento da ciência e das tecnologias, bem como a formação de professores cada vez mais competentes, reflexivos, críticos e investigadores”.

Não obstante o acelerado ritmo de desenvolvimento e o aumento das exigências da educação em Angola, a FIP levada a cabo nas instituições de ensino superior não estão à margem destes desafios. Referindo-nos novamente a Cardoso e Flores, (2009, p. 156), quando afirmam que *“a formação inicial de professores em Angola, sobretudo a formação levada a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação, constitui um grande desafio para a melhoria da qualidade de educação”*.

Garcia (1989), referido por Mendes, Medeiro & Peneda (2005, p. 85), definem FIP como “um processo sistemático e organizado através do qual os futuros professores se envolvem individual ou colectivamente num processo formativo que, de forma crítica, possibilite a aquisição de conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento de competências profissionais”.

Segundo os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema de Educação da República de Angola (Lei N.º 13/01, de 31 de Dezembro de 2001) a educação deve contribuir para o desenvolvimento integral e harmonioso do aluno de modo a que este seja um elemento ativo na construção de uma sociedade cada vez mais livre, democrática e caracterizada pelo seu progresso social, científico e tecnológico. Por esta razão, a escola e os professores, muito devem contribuir, nomeadamente através de um processo de ensino, aprendizagem e avaliação de qualidade, nomeadamente ao nível da Educação Pré-escolar; Ensino Geral ou Primário; Ensino Secundário; Formação Profissional; Ensino de Adultos; e Ensino Superior.

A atual lei de bases do de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 17 de 07 de Outubro de 2016), no Artigo 44º prevê os seguintes objetivos gerais do subsistema de Formação de Professores: a) A formação de professores e demais agentes da educação com perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino; b) Formar professores e demais agentes da educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;

c) Promover hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento de competências; d) Promover a integridade e idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo que os professores e agentes da educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar; e) Desenvolver ações de actualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes de educação; f) Promover ações de agregação pedagógica destinados a indivíduos com formação em área de conhecimento para o exercício de serviço docente. No seu artigo 45º prevê, como estrutura do subsistema de formação de professores, a formação secundária e superior pedagógica, esta última definida no artigo 49º como sendo um conjunto de processos desenvolvidos nos Institutos do Ensino Superior, vocacionados para a formação de Professores e demais agentes educativos, habilitando-os para a atividade docente e apoio à docência em todos os níveis e subsistemas de ensino.

Do exposto, pode-se afirmar que de forma geral, a FIP tem como principal foco, o desenvolvimento de várias competências inerentes ao exercício de uma profissão, contribuindo para a melhoria da eficácia, da qualidade de ensino e da promoção da inovação pedagógica

Embora a legislação consultada não coloque a FIP apenas no Ensino Superior, os Institutos Superiores de Ciências da Educação/ISCED são designados como instituições vocacionadas para a FIP do ensino secundário. Nestas, o ISCED_Huila, o mais antigo em Angola, tem desempenhado um papel crucial na FIP. O ISCED/Lubango, que lhe deu origem, foi criado há mais de trinta anos (Dec-Lei 85/80, de 30 de Agosto), estando na altura adstrito à Universidade Agostinho Neto. Com o processo de redimensionamento do subsistema do Ensino Superior, este passou a designar-se por Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla “ISCED-HUÍLA” (Dec. Lei nº 7/09, de 12 Maio). Este está inserido na VI Região Académica (pelo Dec. Lei 5/09 do Conselho de Ministros), com uma autonomia administrativo-científico-pedagógica, dependendo diretamente do Ministério do Ensino Superior, organismo que superintende o Ensino Superior no País. A ele afluem vários estudantes, vindos das mais distintas regiões do país, que tenham concluído o ensino secundário e que pretendam vir a ser professores (Júnior, 2013).

O ISCED-Huíla é assim uma instituição do ensino superior vocacionada para a formação de professores, para todos os subsistemas de ensino, aprovada no âmbito da política educacional da República de Angola.

Com a sua criação, foram definidos no seu estatuto os objetivos referidos na lei constitucional, relativamente a formação de quadros que possuam capacidade científico-

tecnológica para dominarem os meios técnicos de produção para compreender o processo da especialidade do seu ramo e garantir os conhecimentos gerais que permitam no aluno o ingresso ao ensino superior.

Enquadrada nestes pressupostos legais, a formação de professores não está à margem das contínuas reformas sociais e políticas, constituindo-se um grande desafio para a melhoria da qualidade de educação, exigindo-se ao professor, como agente de promoção de valores, capacidade para apoiar, e orientar de forma ativa e fundamentada, os programas de promoção de desenvolvimento comunitário, que proporcione o bem-estar contínuo das sociedades.

De acordo com Burity da Silva (2009), citado por Cardoso e Flores (2009, p. 656), “teremos que trabalhar, no sentido de se traçar um perfil de novas competências para o professor, sobretudo se tivermos em conta o contexto educativo angolano e as reformas em curso, bem como o quadro social, político e cultural mais amplo em que ele se inscreve”. Nesta ordem, a profissão docente tem vindo a assumir uma preocupação premente e muito abordada por diversos autores (por exemplo, Afonso, Paxe e Luciano, 2018), visto que muitas são as dificuldades diretamente ligados à sua preparação, na componente científica e pedagógica e cultural, comprometendo o atual modelo de formação de educadores, considerada esta deficitária na consecução de seus objectivos (Ministério da Educação de Angola, 2014).

Na perspectiva de Júnior (2013, p. 4), referindo-se aos ISCED_Huíla, “... vem notando ao longo da sua atividade docente nesta instituição, vários tipos de expectativas em relação à profissionalização; umas positivas, outras negativas e, outras ainda, neutras, expressas na opinião dos estudantes que a frequentam. Existem diferenças quanto à profissionalização na área, bem como em relação às atitudes a tomar aquando das suas funções como futuros professores”.

Tais deficiências centram-se, na perspectiva de Peterson (2003), referido por Alfredo & Tordella (2014):

pouca importância que se dá à preparação dos alunos para o exercício da docência. Tal facto fundamenta-se, às vezes, também pela presença de turmas numerosas, pela presença de professores sem preparação psicológica e pedagógica, pela falta de professores especializados em áreas de metodologias nos institutos médios normais e nas escolas de aplicação, fundamentalmente nas primeiras classes, ou seja, no 1.º nível do ensino básico, pela falta de escolas de aplicação próprias em número suficiente em localidades próximas,

pela falta de rigor e selecção dos formadores experientes, pela falta de protocolo entre as duas instituições interessadas e pela falta de meios de transporte, tanto para os alunos como para os formadores, inviabilizando a realização correcta das práticas educativas. (p. 129)

Neste sentido, pode-se afirmar que as deficiências na FIP em Angola advêm também de fatores contextuais das instituições de formação de professores.

Problematização e delimitação do objeto de estudo

A análise do contexto educativo angolano nos seus vários níveis tem merecido a atenção de investigadores (por exemplo, Abelha, Kayumbuka, Albuquerque e Machado, 2017; Júnior 2013), e insuficiências na Formação Professores tem sido mencionada na literatura (por exemplo, Afonso, Paxe e Luciano, 2018; Cardoso e Flores, 2009; Lopes, Costa & Matias, 2016). Destes estudos emergem tópicos que carecem de futuras investigações, por exemplo quanto à;

- formação especializada dos orientadores das instituições de formação de professores;
- preparação dos alunos de formação inicial para exercer a profissão docente;
- articulação durante o processo de formação inicial entre as diferentes componentes;
- cultura profissional nas escolas;
- articulações entre as políticas educativas nacionais (e internacionais) e as locais (provinciais e institucionais).

Atendendo à nossa experiência profissional, na formação e coordenação no âmbito da FIP, assim como ao nosso interesse pelas políticas educacionais, elegemos o último tópico referido acima para o nosso objecto de estudo. Com ele pretende-se contribuir para o conhecimento sobre como encarar a FIP na República de Angola e para sustentar recomendações tendo em vista a sua melhoria.

Questões e Objectivos de investigação

Neste trabalho, procurou-se responder à seguinte questão de partida: de que modos as políticas educativas nacionais para a FIP em Angola influenciam as locais (provinciais,

institucionais)? De maneira a encontrar respostas para esta pergunta, formularam-se as questões e objetivos a seguir definidos.

Questões de investigação:

1. Que princípios e orientações sustentam o quadro político-normativo em Angola sobre FIP?
2. De que forma esse quadro se encontra enquadrado por políticas internacionais e por conhecimento produzido?
3. De que modos essas políticas são operacionalizadas a nível local?
4. Que sugestões de melhoria emergem para a FIP no País?

Objetivos de investigação:

1. Analisar discursos político-normativos sobre FIP em Angola, no período de 2007-2017, à luz de referentes internacionais;
2. Caracterizar os modos como esses discursos influenciam as políticas locais sobre FIP, no caso particular da FIP de Química, através da análise de instrumentos institucionais e de percepções de atores educativos;
3. Propor recomendações de melhoria para a FIP em Angola.

Relevância do estudo

Atualmente, em Angola, observa-se um acelerado processo de reconstrução e redimensionamento do sistema educativo e busca da sua qualidade (ver por exemplo, Lopes *et al.*, 2016), assistindo-se a inúmeros desafios nomeadamente para a FIP, por esta se constituir como uma necessidade sociopolítica, cultural e pedagógica no País. Esta situação traz a necessidade de se (re)definirem políticas formativas. Relembremos Júnior (2013, p. 9) quando este afirma, “*os responsáveis pelas políticas educativas devem investir seriamente na formação de professores, como felizmente está acontecendo na República de Angola, onde se assiste atualmente ao alargamento de rede escolar, com construção de edifícios escolares de raiz, abrangendo todos os subsistemas de ensino e em todos os pontos do País*”. Não se pode esquecer também os desafios que essas políticas são hoje referenciadas em agendas internacionais com a Agenda 2030 e 2063 (Akkari, 2006 e CUA, 2016).

Dentro deste quadro emerge a pertinência de se abordar modos de articulação entre as políticas educativas internacionais, nacionais e locais para a FIP, de capital interesse não só para os decisores de topo, mas também pela importância que estas se revestem ao nível local onde, de acordo com Stephan Ball e colaboradores “*as políticas não são meramente implementadas, mas passam por processos de tradução, reinterpretação, recontextualização e recriação*” (Mainardes, 2018, p. 189).

Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, para além desta Introdução, das Conclusões, Referências bibliográficas e anexos. No capítulo I, Enquadramento teórico-normativo das Políticas de Formação Inicial de Professores, efectuou-se o enquadramento teórico e normativo da política de FIP, a partir da literatura, de documentos das políticas educativas e modos de influência nas práticas institucionais, No capítulo II, Metodologia do estudo, apresenta-se o percurso metodológico seguido nas duas fases do estudo empírico, e onde são descritas e justificadas o tipo de abordagem usada, os procedimentos metodológicos quanto aos modos de recolha de dados e sua análise. Esse capítulo termina com uma breve caracterização do caso em estudo. No capítulo III apresentam-se os principais resultados alcançados, e onde se procura interpretar os mesmo à luz da teoria e do contexto.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-NORMATIVO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Capítulo I: Enquadramento teórico-normativo da política de formação inicial de professores

1.1. Formação Inicial de Professores

Na atualidade, as sociedades estão sujeitas a exigências cada vez mais complexas, onde a preparação de profissionais para o exercício de uma atividade específica é um desafio, refletindo-se no caso da profissão docente nas suas práticas pedagógicas (Mesquita e Roldão, 2017).

Referindo-se ao papel dos professores como agentes de mudança da sociedade, Aço (2018, p. 41) considera que *o perfil da profissionalidade docente para a escola do futuro*, e diríamos nós para a do presente também, pressupõe que o professor seja um: *agente de aprendizagens; gestor do currículo*; promotor de competências-chave, integrando conhecimentos, capacidades e atitudes; um ativo utilizador da *literacia digital*, recorrendo assim a formas de comunicação também virtuais; *comunicador empático* e *facilitador da autoconstrução de conhecimentos*. Atendendo à complexidade desse perfil, a formação de professores deve ser altamente especializada (CE, 2005), ser feita em parceria (instituições de ensino superior, escolas) e desenvolver-se em várias etapas interligadas entre si, entre elas a da formação inicial (CE, 2005).

A formação inicial de professores (FIP) tem sido estudada por diversos autores internacionais há várias décadas conforme refere Mesquita e Roldão (2017), e mais recentemente também por autores nacionais na sequência da frequência de cursos de pós-graduação (mestrados e doutoramentos) realizadas por investigadores Angolanos (por exemplo, Júnior, 2013). Mendes *et al.* (2005, p. 85), citando vários autores, refere-se à FIP como sendo:

(...) um processo sistemático e organizado, através do qual os futuros professores se envolvem individual ou colectivamente num processo formativo, que de forma crítica, possibilite a aquisição de conhecimentos e práticas que contribuam para o desenvolvimento de competências profissionais;
(...) a etapa de formação do futuro docente, na qual adquire as competências didático - pedagógicas e que lhe confere o estatuto de um profissional docente, outorgado por uma escola especializada;
(...) visando o desenvolvimento de competências diversificadas que devem contribuir para melhorar a eficácia, a qualidade do ensino e promover a inovação pedagógica.

Neste sentido a FIP tem sido vista como uma etapa da formação, à qual se devem seguir outras como a formação contínua, que atendendo à sua complexidade deve ser alvo

de um processo formativo sistemático e organizado numa instituição de ensino superior, e que visa a aquisição de competências de diferentes níveis (componentes, gerais e específicas, científicas, pedagógico-didática, associadas à prática pedagógica), contribuindo assim para a melhoria da qualidade de ensino e a promoção de mudanças e de inovações pedagógicas.

Pontes *et al.* (2000, p. 11) sistematizam que as competências a desenvolver no percurso de formação inicial devem ser em diversas áreas fundamentais, como:

- a) a formação pessoal, social e cultural dos futuros docentes;
- b) a formação científica, tecnológica, técnica ou artística na respectiva especialidade;
- c) a formação no domínio educacional;
- d) o desenvolvimento progressivo das competências docentes a integrar no exercício da prática pedagógica;
- e) o desenvolvimento de capacidades e atitudes de análise crítica, de inovação e de investigação pedagógica.

Na senda do referido, Quitembo, (2010, p.30) enfatiza a necessidade das instituições de FIP assumirem responsabilidades, não só para a preparação técnica do futuro professor, mas, para prepará-los como agentes de mudança e de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

No sentido de dar a ideia da multiplicidade de componentes envolvidas na formação de professores, e da sua articulação, Ricardo (2018, p. 45) afirma que a formação de professores deve ser *holística* e integrar “*o corpo, a alma, o coração, as mãos, a mente e o respeito*”.

Para se compreender melhor a complexidade da FIP, Ricardo (2018), diz que esta deve ser abordada com base em cinco desafios: sociais (valorização da profissão, ...), económicos (valorização salarial, ...), organizacionais (das instituições de FIP, das escolas onde eles irão leccionar, ...), pessoais (autoconsciência, ...) e educativos (diversidade e promoção da inclusão, ...).

A forma como a FIP se desenvolve tem sido também objeto de análise, apontando-se dois tipos de modelos, o sequencial e o integrado (Almeida e Lopo, 2015). Segundo estas no modelo integrado a componente de formação numa dada especialidade científica é leccionada em paralelo com a componente educacional, o que significa que os formandos

interagem com a prática ainda na primeira parte do programa de estudos. No modelo sequencial, realizam a componente educacional, incluindo o estágio na parte final da formação, após a formação numa dada especialidade científica. Leite (s/d, p.4), referindo-se à situação atual da FIP em Portugal refere que esta passou a ser feita com base num modelo biotápico, iniciando-se com uma formação essencialmente centrada no domínio de docência e terminando com uma formação de cariz essencialmente didático, pedagógico e profissional, isto é num modelo sequencial.

Independentemente do modelo a adotar Cardoso e Flores, (2009, p.663), ressaltam a necessidade da conformação de *“modelos de formação inicial de professores que privilegiam a integridade, bem como a organização e planificação dos currículos que atendam não somente às características dos alunos e do contexto, mas também aos conteúdos e métodos que se devem utilizar e à sua justificação e enquadramento”*.

Para além do conhecimento que tem sido produzido sobre FIP no domínio da investigação, várias entidades internacionais de cariz mais político têm-se debruçado sobre a mesma. Um dos exemplos a que tivemos acesso é do Conselho Nacional da Educação (CNE) português. Segundo o CNE (2016, p.5), a aprendizagem do futuro professor deve ser feita *“ com uma formação inicial exigente e solidamente dirigida ao desempenho profissional, que se concretiza em contexto de trabalho, através de prática supervisionada – dimensão que deve merecer políticas de indução dirigidas aos professores iniciantes”*. Ainda segundo a mesma fonte (p.6) a FIP enquanto *“projeto de ação e (trans)formação, é um domínio estratégico do sistema educativo na perspetiva da sua qualificação”* do profissional docente, preparando-o para o desempenho de sua futura profissão como agente de crescimento e mudança, a operar dentro e fora da conjuntura.

Também a Agenda 2030 (UNESCO, 2016) afirma a necessidade de, até 2030, se aumentar o número de professores qualificados, mobilizando para isso também da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Assim, é importante ressaltar que a FIP deve ser baseada em parcerias, que dê garantias da qualidade de ensino, e ser efetivada através da promoção de oportunidades para a aprendizagem ao longo da vida para todos e a todos os níveis. De notar que a meta referida tem um alcance mais alargado para o continente africano de acordo com a Agenda 2063 (CUA, 2016).

Em suma, saliente-se que a FIP tem sido considerada como uma etapa de capital importância pois marca o começo de um processo do percurso pessoal da carreira profissional, tornando o professor apto para ensinar e dar respostas às exigências do contexto em que se insere. Por ser uma necessidade sócio-política, cultural e pedagógica, está sujeita a diversas mudanças e exigências de formação de um profissional com um perfil técnico e com domínio das práticas docentes. Não obstante essas exigências, importa ressaltar que nesta fase se deve adquirir um elevado grau de domínio de conteúdos científicos, para articulá-los à resolução de principais problemas educacionais, com suporte nas ciências da educação, através da mobilização e articulação de conhecimentos teóricos para a prática profissional. Porém, a FIP deve ser vista como o ponto de partida para o desenho de um perfil profissional, assente em bases e convicções de um profissional que pretenda desenvolver competências ao longo da sua vida para superar as dificuldades do seu exercício diário da prática profissional.

1.2 Políticas Educativas e normativos sobre a Formação Inicial de Professores (FIP) em Angola

O sistema político angolano tem vindo a legislar e a tomar diversas iniciativas que contemplam a importância da FIP, e regulando formas de a mesma ser operacionalizada.

A Tabela 1 apresenta o *corpus* relativo aos documentos da política educativa e dos normativos, no qual a FIP é enquadrada em Angola, no período de 2007 a 2017. De referir a dificuldade que se teve no acesso a alguns desses documentos, por exemplo por não se encontrarem disponíveis nos sítios oficiais.

Tabela 1: Corpus dos documentos sobre as políticas educativas e normativos e breve síntese de cada um

Referência Doc.	Breve síntese
Decreto-lei 17/16, DR. N° 170, 1ª I série, de 7 de Outubro	Aprova os princípios e as bases gerais do sistema de ensino angolano. Nela estão dispostas as novas normas estratégicas de criação de condições para a aplicação de políticas públicas e dos programas nacionais, com o objetivo de continuar a assegurar e incrementar e a redinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país, bem como a adaptação, o aperfeiçoamento ou a mudança de distintos instrumentos de governação face ao novo quadro constitucional e os novos desafios que se colocam.
Decreto Presidencial 3/08, DR.N°40, 1ª série	Aprova o estatuto da carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnico Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação

de 4 de Março	
Decreto Presidencial 109/11, DR. N° 98, 1ª série, de 26 de Maio	Aprova o estatuto do subsistema de formação de professores
Plano Mestre de Formação de Professores em Angola/PMFP. (2007).	O PMFP corresponde à política nacional de formação de professores concebido pelo ministério da educação, e surge pela necessidade da melhoria na qualidade, eficácia e equidade de formação de professores. Funciona como um plano orientador de acções de formação de professores, processo permanente de mudança, que começa quando o futuro docente tem acesso à formação inicial, como a etapa primária de um percurso que deverá manter-se ao longo da sua carreira profissional. Promove uma reflexão sobre a problemática da formação de professores em Angola
Decreto Presidencial 258/17, DR. N° 185, 1ª série de 27 de Outubro	Plano intercalar contendo as medidas da política de ação para melhorar a situação económica e social atual para o período de Outubro de 2017 a Março de 2018.
Documento do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação/INFQE. (2016).	Proposta da política de formação de professores da Educação Pré-escolar, do Ensino Primário e do I ciclo do Ensino Secundário
Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.	Aprova o 1º plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento

A tabela 2, sem pretender ser exaustiva, apresenta uma síntese de evidências retiradas dos documentos analisados.

Tabela 2: Síntese de evidências retiradas dos documentos referenciados na tabela 1.

Referência Doc.	Evidências
Decreto-lei 17/16, DR. N° 170, 1ª I série, de 7 de Outubro	<p>Quanto aos objetivos gerais do subsistema de Formação de Professores, estão previstos no Artigo 44º os seguintes: a) A formação de professores e demais agentes da educação com perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino; b) Formar professores e demais agentes da educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos. c) Promover a integridade e idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo que os professores e agentes da educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar.</p> <p>Neste sentido, a formação inicial de professores, deve possibilitar a configuração de um perfil profissional que seja capaz de desenvolver-se a nível de conhecimentos sólidos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos, com habilidades para o exercício da atividade docente (materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino), com idoneidade patriótica, moral e cívica.</p>
Decreto Presidencial 3/08, DR.N°40, 1ª	Neste decreto faz-se referência, em particular ao perfil dos profissionais para o desempenho das funções de Docentes do Ensino Primário e Secundário,

série de 4 de Março	Técnico Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação, que salienta o auto conhecimento e o uso adequado das suas capacidades adquiridas ao longo da formação inicial, base para a promoção das aprendizagens dos alunos inseridos nos ciclos em causa, bem como o uso adequado dos recursos ao seu alcance e a promoção de formação contínua dos profissionais da educação.
Decreto Presidencial nº 109/11, DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio	O capítulo I aponta que a formação de professores para o II Ciclo do ensino secundário, formação média técnica e média normal é feita nas instituições do ensino superior, que se regem de acordo com as normas do referido subsistema.
Plano Mestre de Formação de Professores em Angola (2007).	O PMFP inclui competências específicas que garantam a prossecução dos compromissos do governo com a educação. Nele estão definidos os principais eixos de mudança de paradigma na educação em geral, visando a formação de professores.
Decreto Presidencial 258/17, , DR. Nº 185, 1ª série de 27 de Outubro	A alínea g) ressalta a promoção de parcerias entre as instituições de ensino superior (IES) nacionais e IES estrangeiras de elevado prestígio internacional no domínio da ciência e tecnologia. Neste caso, evidencia-se que há uma necessidade urgente de internacionalização da FIP no ensino superior e a profissionalização docente, através de parcerias com IES com um elevado prestígio.
Documento do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação/INFQE (2016).	<p>Refere a situação atual da política de formação de professores bem como define as medidas políticas para (elaborar e validar) a formação de professores.</p> <p>Neste âmbito, faz uma análise da oferta atual de cursos de formação inicial de professores por domínios de qualificação, modalidades, as condições de admissão e recrutamento de alunos e disponibilidade e qualidade dos recursos de formação (docentes e materiais). Da análise da oferta de formação em serviço reflecte sobre três recursos existentes, com características de continuidade e a eficácia dos mesmos.</p> <p>Como medidas políticas foram contempladas três dimensões centrais (conhecimento profissional da realidade educativa, capacidades profissionais e valores e atitudes profissionais), desdobradas em parâmetros por domínios de qualificação.</p> <p>Prevê dois modelos de formação inicial (integrado e sequencial). Embora sejam claros os objectivos finais a longo prazo, uma formação inicial de qualidade para todos os professores realizada no ensino superior e a qualificação profissional de todos os professores em exercício, por via de reforma nos seus diversos setores do subsistema de formação de professores.</p>
Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.	<p>O Estado Angolano, no âmbito dos Programas de Acção Fundamentais e implementação do plano nacional de formação de quadros (PNFQ) tem em carteira algumas medidas políticas voltadas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaboração e Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (ENDRH), através da articulação numa estratégia integrada e única, todas as estratégias e políticas de educação-formação existentes ou a elaborar, abrangendo todos os níveis, tendo como horizonte (até 2025). - implementação da Estratégia Nacional de Formação de Quadros, visando a

	<p>formação e qualificação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados que correspondam às necessidades de desenvolvimento do País.</p> <p>- promoção do desenvolvimento e consolidação do ensino superior e do ensino médio, de acordo com as necessidades efectivas do País e de acordo com a INFQE.</p> <p>- assegurar a efectiva aplicação de mecanismos de coordenação entre os sistemas do ensino superior, do ensino técnico profissional e de formação profissional.</p>
--	--

A título ilustrativo, e na sequência da análise efetuada refira-se: na Lei de Bases do Sistema Educativo Angolano (Nº17/16) estão previstos os objetivos para a formação de professores: a formação de professores e demais agentes da educação com perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino, com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos, tendo em vista a promoção de hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento de competências nacional.

Assim, a formação inicial de professores, possibilita a configuração de um perfil profissional que seja capaz de desenvolver-se a nível de conhecimentos sólidos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos, com habilidades para o exercício da atividade docente (materialização integral dos objetivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino), com idoneidade patriótica, moral e cívica.

- O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2013-2017 inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. De facto, é o primeiro, no qual se destaca o enquadramento estratégico de longo prazo estabelecido pela Estratégia Nacional “Angola 2025”, que fixa as grandes orientações para o desenvolvimento do País, com destaque para a promoção e desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação

- O decreto 3/08, de 4 de Março é um dos mais importantes para quem pensa a profissionalidade docente pois nele estão contidas as funções do corpo docente, e é aplicável aos docentes em exercício de funções pedagógicas e de administração da educação.

1.3 Políticas Educativas e modos de influência nas práticas institucionais

Para o enquadramento teórico do nosso estudo tivemos ainda em linha de conta uma breve revisão de literatura sobre as políticas educativas e seus modos de influência nas políticas locais, em particular nas institucionais.

Para tal centramo-nos em duas abordagens, a do *ciclo de políticas* (de Setphen Ball e colaboradores) e a da *agenda globalmente estruturada para a educação* (de Roger Dale). Sintetizamos, de seguida, as principais ideias retiradas sobre as mesmas.

A *abordagem do ciclo de políticas*, formulada por Stephen Ball e colaboradores, tem sido utilizada em vários estudos a nível internacional como um referencial para analisar a trajetória de políticas educacionais desde a sua formulação até à sua implementação (Mainardes, 2006). Segundo o mesmo autor, essa abordagem considera a política educacional como complexa e controversa. Neste sentido, o seu desenvolvimento (desde a formulação à implementação) depara-se frequentemente, com processos de resistência, mas também de conformismo, nomeadamente no processo da sua implementação pelos atores envolvidos, e a existência de diferenças e conflitos entre os discursos dos contextos do ciclo. Segundo Ball e Bowe (1992), o “ciclo de políticas” é constituído por três principais contextos sem uma dimensão sequencial nem linear, mas interrelacionados. Esses três contextos denominam-se e caracteriza-se sumariamente por: o *contexto de influência*, onde genericamente as políticas nacionais se iniciam sofrendo, frequentemente, a influência de agendas internacionais e globais. Contudo, essas agendas não deverão ser transpostas para as diferentes nações, mas reinterpretadas e recontextualizadas; o *contexto da produção do texto* corresponde efetivamente ao discurso das políticas nacionais, representando-as, e são traduzidas, por exemplo, em textos oficiais/legislação; o *contexto da prática* corresponde aos cenários onde as políticas são implementadas e onde se evidenciam os seus efeitos. Contudo, essa implementação não é vista pelos autores como linear, na medida em que os atores da prática as devem interpretar e recriar, por vezes oferecendo até resistências às políticas oficiais. Uns anos mais tarde, Ball e colaboradores, acrescentaram mais dois contextos ao ciclo acima descrito: o *contexto dos resultados* (efeitos) e o *contexto da estratégia política*. Porém, estes não serão considerados no nosso estudo, atendendo a condicionantes temporais do nosso projeto, assim como das opções tomadas quanto ao seu objeto.

No sentido de evidenciar a natureza dinâmica da política educativa, vários autores (como por exemplo Akkari, 2017; Souza, 2016) têm vindo a refletir e a conceptualizar

sobre as implicações que a globalização tem vindo a ter no domínio educacional. Roger Dale, e a sua teoria da *agenda globalmente estruturada para a educação* (AGEE), é disso um exemplo. Esta teoria advoga que a globalização afeta as políticas de práticas educativas nacionais (Souza, 2016). De notar que esta abordagem se integra no *contexto de influência* atrás referido.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA DO ESTUDO

Capítulo II: Metodologia do estudo

Neste capítulo descreve-se e justifica-se a metodologia adoptada no estudo empírico realizado, assim como se apresentam os seus principais resultados. Portanto, expõe-se a abordagem metodológica adotada (estudo de caso), as técnicas e os instrumentos de recolha de dados (entrevista semi-estruturada ao Diretor para a área académica do ISCED/Huíla, ao Chefe de repartição do curso de Ensino da Química e ao representante das Zonas de Influência Pedagógica da Direção Provincial da Huíla, além, da análise documental e registos da investigadora) e de análise de dados (análise de conteúdo). Os resultados serão apresentados em função de cada forma de colecta de dados, em seguida é feita uma breve caracterização do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla “ISCED-HUÍLA” e por fim, apresentam-se os principais resultados obtidos, assim como uma síntese do capítulo.

2.1. Opções e procedimentos metodológicos

Tendo em conta a problemática e objetivos do estudo que nos propomos a investigar, decidiu-se pela metodologia de estudo de caso de cariz qualitativo realizado no quadro de um paradigma interpretativo, uma vez que pretende-se descrever, interpretar e compreender o conhecimento da realidade e dos intervenientes no processo de FIP (os orientadores e formadores). O caso em estudo consiste em analisar as políticas educativas nacionais para a FIP em Angola, no desenvolvimento de práticas institucionais no ISCED/Huíla e sugerir formas de o melhorar.

Yin (1989), citado por Amado (2014, p. 125), ressalta que as particularidade que distinguem o estudo de caso de outras abordagens metodológicas é que: “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas múltiplas fontes de evidências”. No nosso caso, privilegiou-se este tipo de pesquisa qualitativa, pela possibilidade de recorrer-se aos procedimentos qualitativos empregando, na sua generalidade, procedimentos interpretativos, não experimentais, com valorização dos pressupostos relativistas e a representação verbal dos dados, isto é, privilegia-se a análise de caso ou conteúdo.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.51) a investigação qualitativa possui cinco características: *a fonte direta dos dados é o ambiente natural*, constituindo o

investigador um instrumento principal na recolha de dados, é descritiva, pois os investigadores interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos, os investigadores tendem a analisar os dados de forma indutiva, e o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Ao abordar a investigação através do paradigma qualitativo, deve-se ter em conta que este método permite identificar um problema a partir de diferentes níveis da realidade e que um objecto de pesquisa será investigado a partir de várias dimensões.

Conforme afirma Alferes (2010, p.51), para o investigador qualitativo o significado atribuído pelas pessoas às suas experiências e as formas como as percebem reveste-se de valor capital. Sob esse ponto de vista, Bogdan e Biklen (1994, p.51), ressaltam que a metodologia qualitativa requer uma postura flexível e dialogante por parte do investigador na relação com os sujeitos da investigação. Os autores acrescentam que uma investigação desta natureza elege o “local de estudo” *como fonte de dados* e atribui um papel de relevo ao *investigador*. Por outras palavras, a investigação qualitativa ocorre num ambiente *natural*, em que existe alguma influência intencional de quem investiga.

Neste sentido, como em qualquer estudo de caso, é importante definir-se o contexto em que este ocorre, neste em particular é o ISCED/Huíla, e por isso neste capítulo, também, se faz uma breve caracterização do mesmo (2.3). A nossa opção foi desenvolver o nosso estudo empírico, em formato de estudo de caso, no ISCED Huíla, e mais concretamente no Curso de Licenciatura em Ciências da Educação/opção Ensino da Química, atendendo à familiarização da investigadora com o contexto de investigação, ao perfil académico e profissional da investigadora e ao prestígio da Instituição.

Na investigação qualitativa, o estudo da situação, fundamenta-se na relevância que se oferece ao significado que é atribuído pelas pessoas e suas experiências e a forma como percebem. A metodologia desenvolvida na investigação qualitativa é tendencialmente pela via indutiva, isto é, no princípio a investigação apresenta características muito gerais tornando-se cada vez mais específicas à medida que se vai desenvolvendo.

Isaías (2013, p.67), evidência:

a investigação qualitativa, cada vez mais, coloca-nos à disposição uma grande variedade de métodos, com objetivos distintos, quer no que diz respeito à recolha de dados, quer no que diz respeito ao contributo que se pode obter através desses dados” que depois serão analisados de forma sistemática, para organizar um conjunto de conhecimentos sobre a realidade estudada.

Por outras palavras, a investigação qualitativa, tem por finalidade, formular de maneira, precisa e clara um problema e consequentemente em estudos seguintes, vir a explorar, experimentar e explicar, a ocorrência de um dado fenómeno cujos detalhes da descrição das suas características é feita baseando-se em recursos de contexto educativo.

Yin (2005, p. 20), ressalta que “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos (...)” Na mesma linha de pensamento, Amado (2014, p.135), defende que “ num estudo de caso, devido à sua natureza holística e à necessidade de se basear em várias fontes de evidências, o investigador deve recorrer a um conjunto amplo e variado de técnicas de recolha de dados (...)”, de modo a que a sua articulação favoreça uma melhor compreensão do caso a estudar.

Segundo Pardal e Correia (1995, p. 48) para a consecução de um trabalho empírico pressupõem-se a utilização de técnicas de recolha de dados, sem as quais não é possível concretizar-se a formalização do método. Assim, abordaremos em seguida as técnicas e os instrumentos utilizados no presente estudo.

2.2. Recolha de dados: procedimentos e instrumentos

As técnicas e instrumentos de pesquisa são considerados como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados. Estas apresentam-se em duas grandes divisões: *documentação indireta*, abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica e *documentação direta*. (Marconi & Lakatos, 2003)

Como técnicas de recolha de dados foram utilizadas:

i) entrevistas semiestruturadas realizadas ao Diretor Adjunto para a área académica do ISCED/Huíla, ao Chefe de Secção do curso de Licenciatura em ensino da Química e ao representante da Zona de Influência Pedagógica da Direção Provincial da Huíla (ZIP);

ii) análise documental,

A utilização de várias técnicas para a coleta de dados encontra respaldo em Oliveira, Maçada e Goldoni (2009) citados por Amaral (2013, p.91). Para esses autores, a adoção de duas ou mais formas de coleta de dados (triangulação), confere consistência ao estudo de caso. Os autores acrescentam que a triangulação usualmente adotada em estudos de caso é a de fonte de dados, que se refere à coleta da mesma informação de três ou mais formas.

2.2.1 Análise documental

Na perspectiva teórica de Bardin, (2016, p. 47), a análise documental, “é uma operação ou um conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estudo ulterior, a sua consulta de referência. Neste sentido, a análise documental, centra seu foco na representação acumulada de informações, para posterior consulta e conservação”. Este processo, constitui a fase preliminar da composição de um banco de dados, pois permite “passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)”. (Bardin, 2016)

Segundo Pardal e Correia (1995), na análise documental recorre-se a documentos relevantes para o objecto em estudo, constituindo-se como uma tarefa difícil e complexa e que exige do investigador paciência e disciplina.

Sendo a análise documental importante para o nosso estudo, permitiu a recolha de informações a partir de documentos oficiais que nos permitiram caracterizar por um lado as políticas educativas nacionais de FIP em Angola prevendo uma melhor compreensão da realidade e por esta via identificarem-se as políticas definidas e a importância conferida ao trabalho dos professores (documentos produzidos pela Instituição em referência).

2.2.2 Entrevista Semiestruturada

A entrevista é uma das técnicas de recolha de dados mais utilizada nas pesquisas sociais. Esta técnica de recolha de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como as suas razões para cada resposta (Gil, 2008).

As entrevistas são poderosas técnicas de recolha de dados, porque pressupõem uma interação entre o entrevistado e investigador, possibilitando a este último a obtenção de informação que nunca seria conseguida através de um questionário, uma vez que pode sempre pedir esclarecimentos adicionais ao inquirido no caso da resposta obtida não ser suficientemente esclarecedora (Silverman, 2000).

Diversos autores (Gillham, 2000; Kvale, 1996; Bagdan e Biklen, 1994; Gliglion e Matalon, 1992; Quivy e Campenhoudt, 1998; Ludke e André, 1986), citados por Amado (2014, p.208) apontam a entrevista semiestruturada (ou semidiretiva) como um dos principais instrumentos da pesquisa de natureza qualitativa, sobretudo pelo fato de não haver uma imposição rígida de questões, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, respeitando os seus quadros de referência, salientando o que para ele é mais relevante com as palavras e a ordem que mais lhe convier, e possibilitando a captação imediata e corrente das informações desejadas dos informadores-chave.

A entrevista semiestruturada, como técnica de recolha de dados “permite o acesso direto aos discursos dos indivíduos tal como estes se expressam, ao não observável: opiniões, atitudes, representações, recordações, efeitos, ideias e valores, que animam uma pessoa a comportar-se de determinado modo” (Amado, 2014), porque, assenta principalmente nos objetivos da investigação e está condicionada pela auto-observação.

No caso em estudo, serviu de técnica relevante para a recolha de dados aos orientadores da FIP do ISCED/Huíla no Curso de Licenciatura em Ciências da Educação/opção Ensino da Química. Note-se que os dados obtidos em geral são audiogravados, transcritos posteriormente e sujeitos a análise e interpretação o que implica recorrer a técnica de análise de conteúdo. (Coutinho, 2016).

2.3. Tratamento e análise de dados: análise de conteúdo

O tratamento e análise de dados, para o estudo em causa foi realizado com base na análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016, p. 48), o termo análise de conteúdo designa-se como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permitem a inferência de conhecimentos relativos à condução de produção/reprodução (variáveis inferidas) destas mensagens.

Pretende-se com a análise do conteúdo arrumar os dados num conjunto organizado, sistemático, tanto quanto possível quantificado, de categorias de significação, dos diversos tipos de comunicações, de modo a poder interpretá-los tendo em conta os diversos fatores

que levaram à sua produção (Costa & Amado, 2017), uma vez que é imprescindível a preservação das ideias e não das palavras através das quais são expressas.

De acordo com Bardin (2016, p. 48), a análise de conteúdo, tem por objetivo a manipulação de mensagens (conteúdos e expressão de conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não é a da mensagem. Segundo a perspectiva Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, o seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Neste sentido, constata-se o imperativo de que o analista poderá procurar fundamentar impressões e modos empíricos através de procedimentos que pressuponham a fiabilidade dos resultados.

Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Dessa forma, a análise de conteúdo vem-se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da Educação, especialmente nas pesquisas qualitativas (Dellagnelo & Silva, 2005).

Pardal e Correia (2011) citados por Júnior (2013, p. 120), destaca entre outros aspetos, que o investigador deve detetar o nível de imparcialidade do informante ou da fonte, neste sentido, pressupõe-se segundo o autor referido, definições com idêntico conteúdo e o uso de metodologias similares.

A análise de conteúdo, enquanto técnica de tratamento de dados, permitiu ao longo desta pesquisa, ultrapassar algumas incertezas e enriquecer a leitura dos dados qualitativos obtidos, compreender criticamente o sentido das comunicações coletadas, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito do tema em foco.

2.4 Caracterização sumária do contexto do caso em estudo

As informações que nos permitem fazer uma breve caracterização do Instituto Superior de Ciências da Educação/ISCED onde se desenvolveu o nosso estudo de caso, que apresentamos de seguida, foram essencialmente recolhidas a partir de documentos escritos a que tivemos acesso, como por exemplo decretos-lei.

O ISCED/ Lubango é uma Instituição de Ensino Superior vocacionada para a formação de professores do ensino secundário, e foi criado há mais de trinta anos pelo

Dec-Lei 85/80, de 30 de Agosto. Nessa altura o ISCED/Lubango estava integrado na Universidade Agostinho Neto. Com o processo de redimensionamento do subsistema do Ensino Superior, essa instituição passou a designar-se por “ISCED-HUÍLA”, tendo sido criado pelo Dec. Lei nº 7/09, de 12 Maio. Está inserido na VI Região Académica, pelo Decreto- Lei 5/09 do Conselho de Ministros, com uma autonomia administrativo-científico-pedagógica, dependendo diretamente do Ministério do Ensino Superior, organismo que superintende o Ensino Superior no País. A ele afluem vários estudantes, que tenham concluído o ensino secundário e que pretendem vir a ser professores e não só, vindos das mais distintas regiões do país.

Assim, o Instituto Superior de Ciências da Educação, pelo Dec. Lei n. 90/09, e o Instituto Superior de Ciências da Educação da HUÍLA é uma instituição do ensino superior vocacionada para a formação de professores, para todos os subsistemas de ensino, aprovada no âmbito da política educacional da República de Angola.

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Capítulo III: Apresentação e discussão de resultados

Neste capítulo apresentam-se e discutem-se os principais resultados desta investigação, com a análise do *corpus* analisado (ver 1.2), na 1ª fase do estudo, seguindo-se os relativos ao estudo de caso (2ª fase do estudo), a saber da análise de dois documentos institucionais (o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e o Projeto Pedagógico do Curso de Ensino da Química) e das três entrevistas realizadas.

3.1 Análise do corpus (Fase 1 do estudo)

Com base nas vertentes abordadas no capítulo II, em particular em 1.1, mas também numa emergente do nosso corpus (DA 3.1.5), definiram-se 6 dimensões de análise. Para cada uma delas vai ser apresentado de seguida uma breve síntese dos resultados encontrados.

3.1.1. DA1 (Dimensão de Análise 1) - Nível(eis) do subsistema de FIP

De acordo com as declarações políticas na legislação em vigor, o artigo 45º, no Capítulo III, da Lei nº 17/16 (Lei de Bases do Sistema de Educação), sobre a Organização do sistema de Ensino, Estrutura do Subsistema de Formação de Professores, para a Educação Pré-escolar, o Ensino Primário e o Ensino Secundário Regular, de Adultos e Educação Especial, esta é desenvolvida nos níveis do Ensino Secundário Pedagógico e Superior.

O Ensino Secundário Pedagógico, corresponde à formação segundo a qual os indivíduos adquirem e desenvolvem conhecimentos, hábitos, habilidades, capacidades e atitudes, que os habilitem para o exercício da profissão docente, até ao I ciclo do ensino secundário, através de critérios para o acesso ao respectivo nível.

O Ensino Superior integra o subsistema de Formação de Professores contemplando instituições vocacionados para a formação de professores e demais agentes da educação, habilitando-os para o exercício da profissão docente e de apoio à docência a todos níveis e subsistemas de ensino (Lei nº 17/16), mas preferencialmente a partir do I ciclo do ensino secundário, como é o caso dos ISCED.

Já o artigo 13º do Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (ESFP) (DP 109/11) apontava que a FIP para a educação pré-escolar e o ensino primário se realizava

nos Magistérios e nas Escolas de Formação de Professores (EFP), capacitando os diplomados ao exercício da função docente na classe da iniciação e em todas as classes do ensino primário, na educação de adultos e na educação especial no 1º caso, e no 2º caso (EFP) para os I e II ciclos do ensino secundário, capacitando os diplomados ao exercício da função docente em pelo menos duas disciplinas.

Assim, e ao contrário do definido internacionalmente (por exemplo, CE, 2005) a FIP em Angola ainda não é totalmente organizada no Ensino Superior.

Porém, e de acordo com o INFQE, (2016, p.46), num futuro mais ou menos próximo, a qualificação para a profissão docente em Angola, para qualquer nível de ensino, será de nível superior. Quanto a essa formação o documento perspetiva que a FIP se deve traduzir “na qualificação de nível superior, para além das competências profissionais, a formação deve visar o aprofundamento do quadro teórico do conhecimento em Educação e o desenvolvimento de valências de investigação e pesquisa em ciências educacionais, cognitivas e sociais”.

Neste sentido, constata-se que há uma preocupação política, certamente também influenciada pelas agendas internacionais e globais da educação, conducente à reinterpretação e recontextualização das políticas de FIP em Angola. Assim se justifica as aspirações de que a qualificação de professores deve ter lugar no ensino superior, pois é a este nível que se solidifica-se e aprofunda o referencial teórico dos conhecimentos em ciências da educação, tendo em vista o desenvolvimento de capacidades de investigação e pesquisas.

Ainda o ponto 4.3.1. do Plano Intercalar (DP 258/17) , alínea g) ressalta a promoção de parcerias entre as instituições de ensino superior (IES) nacionais e IES estrangeiras de elevado prestígio internacional no domínio da ciência e tecnologia. Neste caso, evidencia-se que há uma necessidade urgente de internacionalização da FIP no ensino superior e a profissionalização docente, através de parcerias com IES com um elevado prestígio.

3.1.2. DA 2 - Modelo(s) de FIP

De acordo com o levantamento e análise da situação atual da FIP, descrito pelo INFQE, (2016, p.42), resultou na síntese de alguns desajustes apresentados no referido relatório e propuseram-se dois cenários para a efetivação da qualificação de professores

para o I e II ciclos do ensino secundário. Neste sentido, definiu-se um primeiro cenário que define:

Modalidade: Os cursos de formação inicial de professores de disciplina para o ensino secundário, ministrados no ensino superior, poderão ser organizados, como atualmente, no modelo integrado ou, como também previsto, no modelo sequencial, para diplomados no ensino superior num domínio de conhecimento, seguido da formação profissional para a docência, na forma de formação pós-graduada.

Faseamento: A assunção pelo ensino superior da qualificação dos professores de disciplina para todo o ensino secundário significa que a formação em curso para professores do II ciclo do ensino secundário passe a abranger o I e II ciclos desse nível de ensino e deverá ocorrer nas diversas regiões académicas e em todas as opções disciplinares de formação, à medida que as instituições de ensino superior possuam os recursos formativos necessários, em quantidade e qualidade. Este faseamento implicará que o ensino secundário pedagógico vá extinguindo a oferta de formação em articulação com as instituições de ensino superior pedagógico, atendendo às áreas de opção disciplinar mais carenciadas, em contraponto àquelas em que já existe excesso na oferta (...). (INFQE, 2016).

Por isso, é imperioso, que nesta etapa, se faça a mobilização de um conjunto de saberes teóricos e práticos, a partir da conformação de modelos políticos que respondam às transformações sociais, bem como às necessidades do sistema educativo em diferentes contextos demográficos.

3.1.3. DA 3- Dimensões curriculares dos programas de FIP

O artigo 15º do Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (ESFP), do Decreto Presidencial (DP) 109/11 - estrutura curricular dos cursos de formação de professores (ECCFP), são apontadas quatro componentes:

- i) Formação geral, cultural e social,
- ii) Formação científica e técnico-pedagógica,
- iii) Formação em ciências da educação
- iv) Prática pedagógica.

Neste caso e de forma a elucidar e padronizar as áreas substanciais para a formação de professores, destacam-se, três componentes:

- a) Formação geral,

- b) Formação educacional
- c) Prática pedagógica supervisionada.

A Formação geral autêntica o fortalecimento e ampliação dos conhecimentos gerais disciplinares e transversais, conscientizando os formandos sobre os problemas do mundo contemporâneo, da ética e da deontologia na compreensão da profissão docente.

A Formação educacional visa a aquisição e desenvolvimento de competências indispensáveis no exercício da docência e articula-se em duas sub-componentes, a Formação geral em educação e as Metodologias específicas de ensino.

A Prática pedagógica supervisionada direciona-se especificamente para a prática orientada pela instituição formadora em cooperação com os estabelecimentos onde se realiza o processo de ensino.

De acordo ao INFQE, (2016, p.50), a Formação geral abrange competências linguísticas, matemáticas, em ciências físicas e naturais e em ciências sociais. As competências linguísticas são em Língua Portuguesa, nas vertentes oral e escrita, e conhecimento gramatical, integrando fenómenos de interferência linguística devidos ao contacto com a estrutura das línguas Bantu. São também incluídas competências de comunicação e expressão numa língua estrangeira, nas formas oral e escrita.

As competências matemáticas envolvem o uso do pensamento matemático, a resolução de problemas e a organização e apresentação de dados. As competências em ciências físicas, naturais e sociais integram o corpo de conhecimentos e modos de explicar o mundo e compreender as alterações provocadas pela actividade humana, assim como a responsabilidade do indivíduo como cidadão, relacionando essa atividade com atitudes que visam a consciencialização de aspectos éticos e deontológicos em relação à comunidade e à família, em geral, e à vida profissional, em particular.

A componente da Formação educacional desdobra-se em Formação educacional geral e Metodologias específicas de ensino. A Formação educacional geral engloba as competências relevantes para o conhecimento do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos em geral, e em particular na faixa etária correspondente ao domínio de qualificação, a gestão do currículo e da aprendizagem, a organização de espaços educativos e a implementação do currículo e de políticas nacionais de educação. As Metodologias específicas de ensino abrangem as didáticas específicas, no contexto do currículo, no respetivo âmbito de qualificação para a docência.

A componente de Prática pedagógica supervisionada inclui situações de observação e colaboração em contexto de educação e ensino e estágio profissional em sala de aula, englobando este último experiências de planificação de aulas, ensino e avaliação de aprendizagens dos alunos. A prática pedagógica supervisionada requer o apoio tutorial de um professor tutor da classe da escola de aplicação. Integra o estágio profissional um Seminário de supervisão em pequeno grupo de formandos, orientado por um docente da instituição de formação, para análise e reflexão semanal sobre a prática pedagógica e partilha de experiências entre formandos. (INFQE, 2016).

3.1.4. DA 4- Perfil de saída na FIP

No artigo 13.º, estatuto da carreira docente do ensino primário e secundário, técnicos pedagógicos e especialistas de administração da Educação, (Decreto presidencial 3/08), salienta-se o perfil de saída para o exercício da função de Professor no Ensino Secundário e define três dimensões e parâmetros:

- a) *Conhecimento profissional da realidade educativa*: através do entendimento da organização do sistema educativo angolano, da compreensão das orientações do currículo/programas do nível de ensino respectivo e da percepção das características do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos nas faixas etárias visadas;
- b) *Capacidades profissionais*: de organização de ambientes educativos e gestão da sala de aula, de gestão do currículo e da aprendizagem e de avaliação e monitorização das aprendizagens;
- c) *Valores e atitudes profissionais*: Valorização de princípios de não discriminação e de inclusão e de auto-responsabilização pela acção educativa e pelo desenvolvimento profissional.

O perfil de saída do profissional de educação, assenta em bases e convicções tendo em vista o desenvolvimento de competências para superar as dificuldades do exercício diário da sua prática. Neste sentido, a formação inicial de professores, deve proporcionar aos formados, sólidos conhecimentos científicos e técnicos, habilitando-os com uma profunda consciência patriótica de modo que estes assumam com elevada responsabilidade as exigências da docência, de modo a promover e garantir a materialização efetiva e integral dos objetivos da educação em geral, assim como oferecer abertura para desenvolver espaços de contínua atualização e aperfeiçoamento profissional.

Portanto, o formado, deve ser reflexivo e crítico, capaz de observar e desenvolver de forma autónoma, os princípios de relação interpessoal e das diversas formas da cultura contemporânea, a partir da capacidade de análise crítica de situações e a busca constante de estratégias para inovação das teorias contemporâneas tendo em vista as transformações do seu contexto.

3.1.5. DA 5- Acreditação e avaliação da FIP

O artigo 41º, Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (ESFP), Decreto Presidencial (DP 109/11), no Capítulo VI Sistema de Certificação, Acreditação e Avaliação, na secção II e sobre os objetivos da acreditação, refere que:

1. A acreditação visa assegurar que a formação ministrada cumpre padrões mínimos que garantam a sua qualidade e pertinência;
2. Os programas de formação são acreditados em conformidade com regulamentação própria e homologados pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (INIDE).

Neste sentido, ressaltam-se as tarefas do Estado:

- i) na fiscalização, regulação e controlo, dos planos de formação inicial de professores, dos diplomas obtidos para o exercício da profissão docente no ensino secundário, por via do reconhecimento e acreditação,
- ii) no assegurar e aferir os padrões de qualidade da eficácia e eficiência do sistema educacional a todos os níveis.

3.1.6. DA 6- FIP e Formação contínua

Como suporte legal para a FIP e Formação contínua/continuada, apontam-se as seguintes peças legislativas:

- artigo 43º e 44º, Lei nº 17/16 (Lei de Bases do Sistema de Educação);
- artigos 17º e 19º do Estatuto do Subsistema de Formação de Professores (DP 109/11);
- ponto 3. do artº31 do Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário (Decreto Presidencial 3/08);
- o ponto 4.3.1. do Plano Intercalar (DP 258/17), alínea a)

Nesta legislação enfatizam-se como objetivos da FIP e Formação contínua/continuada:

- a promoção de ações de permanente atualização e aperfeiçoamento dos professores e agentes de educação para a melhoria da qualidade de ensino;
- a promoção de ações de agregação pedagógica destinadas a indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício da docência;
- o aperfeiçoamento das competências profissionais;
- a atualização permanente dos docentes;
- o apoio à reconversão profissional;
- a progressão na carreira profissional.
- o início de um programa nacional de FP e a criação de incentivos remuneratórios para atrair ao corpo docente nacional as pessoas com perfil científico, teórico e pedagógico adequado.

Para o reforço dos objectivos da FIP e Formação contínua/continuada em Angola, é imperioso que através de legislação nacional se faça a operacionalizar as agendas internacionais (por ex. 2030 e 2063).

Neste sentido, ressalta-se o referido pelo INFQE (2016, p.64), que assume como importante a experiência de outros países, as recomendações de instâncias internacionais e a realidade do sistema educativo angolano, propondo como orientações norteadoras para uma política de formação em serviço de professores as seguintes linhas mestras:

- A formação em serviço tem como primordial objetivo o desenvolvimento profissional dos docentes em exercício e a melhoria da qualidade do ensino;
- A formação em serviço é focada na prática lectiva e orientada para o ensino e aprendizagem de conteúdos curriculares;
- A formação em serviço tem lugar no seio do grupo de pertença, a escola/grupo de escolas (Zip);
- A formação em serviço é prolongada no tempo e suportada pela rede de pertença (a escola/Zip), envolvendo parceiros profissionais e especialistas nos domínios visados (preferencialmente de escolas de formação inicial de professores);
- A formação em serviço inclui momentos intensivos de aprofundamento de conhecimentos teórico/técnicos e de produção de materiais didácticos;
- A formação em serviço inclui o acompanhamento em sala de aula e a respetiva supervisão;

- A formação em serviço inclui espaços/momentos de reflexão conjunta e partilha entre os formandos;
- A formação em serviço é regulada por processos de avaliação dos formandos e é devidamente certificada;
- A formação em serviço é construída sobre pilares de continuidade e de sustentabilidade;
- A formação em serviço tem efeitos na progressão da carreira profissional (INFQE, 2016).

Assim, o Ministério da Educação de Angola, define a promoção da FIP e Formação contínua/continuada dos profissionais da educação qualificando-o, e reafirma ser indispensável e prioritária a “...harmonização, num nível mínimo satisfatório, dos professores sem agregação pedagógica”, “... que vise a introduzir melhorias palpáveis no sistema de formação de professores para o benefício das futuras gerações”.

3.2. Análise do PDI e do Projeto Pedagógico do Curso de Ensino da Química

Na Tabela 3, faz-se um resumo da análise do PDI e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ensino da Química, em conformidade com algumas das dimensões de análise fundamentadas nos documentos vigentes na instituição do caso em estudo.

Tabela 3: Análise do PDI e do PPC

Dimensões de Análise (DA)	Evidência	
Políticas/diretrizes nacionais que norteiam a FIP	LBSE, (Lei Nº13/01) Resolução Nº 4/07 Decreto Nº 90/09	Com maior realce a para a LBSE, (Lei Nº13/01), a Resolução Nº 4/07 e o Decreto Nº 90/09, aprovam as Linhas Reguladoras e Mestras para Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior;
	Decreto Nº 05/09	Cria as Regiões Académicas que delimitam o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de ensino superior
	Decreto Nº 07/09	Aprova a reorganização da rede, cria novas Instituições de Ensino Superior Públicas e Redimensiona a Universidade Agostinho Neto e confere ao ISCED da Huila ampla autonomia na elaboração dos seus projectos.

<p>Articulação das políticas/diretrizes nacionais com as glocal (provinciais e institucionais)</p>	<p>Decreto N° 05/09 e N° 07/09</p>	<p>A partir da autonomia conferida ao ISCED/Huíla, evidencia-se a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade ao elaborar as suas propostas curriculares. Esta legitimidade levou a definir a identidade institucional, a qual, certamente, tornará o ISCED da Huila numa referência das instituições que vislumbram essa condição, assim como o seu papel.</p>
<p>Influência das políticas/diretrizes nacionais nas locais</p>	<p>LBSE nº13/01 Decreto N° 05/09 e Decreto N° 07/09</p>	<p>Apesar da autonomia conferida à instituição na gestão dos seus próprios projetos (por exemplo, a partir do Decreto N° 05/09 e Decreto N° 07/09), observa-se que o currículo do Curso, configura-se num sistema articulado tendo em conta as diretrizes nacionais (por exemplo a LBSE nº13/01), de maneira a conformar-se num conjunto de actividades académicas que possibilitam ao futuro profissional competências e habilidades, para percepção crítica da realidade, capaz de agir , intervir, eficaz e eficientemente e lidar com os desafios que se impõem para o alcance dos objetivos da educação em Angola,</p>
<p>Princípios para a FIP</p>		<p>A partir do PDI e do PPC da Licenciatura em Ensino da Química, refira-se a preocupação em promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas educativas, a promoção de práticas de avaliação contínua das condições de ensino dos cursos, visando a melhoria na oferta e optimização de recursos; e criar espaços de debate, para busca de novas formas de organização didático-pedagógico do curso e novas metodologias do processo de ensino e aprendizagem.</p>

Conforme as evidências plasmadas na tabela 3, quanto à dimensão de análise relacionada com os documentos sobre as **políticas/diretrizes nacionais que norteiam a FIP**, refira-se que para a configuração do PDI e do PPC, as reflexões tiveram em conta as linhas essenciais relacionadas com a planificação para o futuro da Instituição (os próximos oito anos) e as condições existentes para alcançar o futuro pretendido, neste

caso, note-se que se teve como fundamentos, pressupostos jurídico-legais, decorrentes da legislação reguladora do ensino superior no país, (Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei 13/01, de 31 de Dezembro; Resolução Nº 4/07, de 2 de Fevereiro, que aprova as Linhas Mestras para Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior; Decreto Nº 90/09, de 25 de Dezembro, que estabelece as Normas Gerais e Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior; Decreto Nº 05/09, de 7 de Abril, que cria as Regiões Académicas que delimitam o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de ensino superior; e o Decreto Nº 07/09, de 12 de Maio, que aprova a reorganização da rede, cria novas Instituições de Ensino Superior Públicas e Redimensiona a Universidade Agostinho Neto), que confere ao ISCED de Huíla ampla autonomia na elaboração dos seus projetos.

De ressaltar que a partir dos Decretos Nº 05/09 e Nº 07/09, justifica-se a articulação das políticas/diretrizes nacionais com as locais (provinciais e institucionais), pois evidencia-se a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade ao elaborar as suas propostas curriculares. Esta legitimidade levou a definir a identidade institucional, a qual, certamente, tornará o ISCED da Huíla numa referência das instituições que vislumbram essa condição, assim como o seu papel.

Não obstante estes fundamentos das políticas/diretrizes nacionais, evidencia-se uma grande influência destas nas políticas locais na medida em que o currículo do curso, configura-se num sistema articulado tendo em conta as directrizes nacionais (por exemplo a LBSE nº13/01), de maneira a conformar-se num conjunto de atividades académicas que possibilitam ao futuro profissional competências e habilidades, para percepção crítica da realidade, capaz de agir, intervir, eficaz e eficientemente e lidar com os desafios que se impõem para o alcance dos objetivos da educação em Angola.

Neste sentido, a FIP, rege-se por princípios evidenciados no PDI e do PPC de Licenciatura em Ensino da Química, que apontam a preocupação em: i) promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas educativas, ii) promover práticas de avaliação contínua das condições de ensino dos cursos, visando a melhoria na oferta e optimização de recursos; e iii) criar espaços de debate, para busca de novas formas de organização didático-pedagógico do curso e novas metodologias nos processos de ensino e aprendizagem.

3.2 Análise das entrevistas

A Tabela 4 apresenta uma síntese do perfil de cada um dos gestores académicos entrevistados (E1, E2 e E3), em função das características que lhes foram solicitadas no início da entrevista.

Tabela 4: Perfil dos entrevistados

	Formação académica inicial	Situação profissional	Experiência profissional	Experiência continuada
E1	Licenciado em Ensino da Química	Diretor Geral Adjunto para a Área Académica do ISCED_Huíla (há 9 anos); Docente de Química no Ensino Superior	26 anos de docência, dos quais 23 no ISCED; de 1998 2010, Chefe de Departamento para os Assuntos Académicos	Mestre em Ensino da Química; Doutorando em Ensino da Química
E2	Licenciado em Ensino da Química	Chefe de secção do Curso de Ensino da Química (há 4 anos); professor de Química e de Prática Pedagógica de Química	27 anos de docência (20 no ensino geral, como professor de Química, e 7 no ISCED)	Mestrado em Geociências
E3	Licenciado em Ensino da Linguística Francesa	Coordenador Provincial da Huíla/CP, da Zona de Influência Pedagógica/ZIP (há 5 anos); professor de Língua Portuguesa, Francesa e Inglesa, e de Sociologia da Educação e da Saúde, numa Instituição de Ensino Superior privado	Enquanto CP e gestor de projetos responde pela coordenação do Gabinete de Comunicação Institucional do Gabinete Provincial da Educação da Huíla. Coordenador, no Magistério, pela formação inicial, contínua e a distância (até 2013)	Pós-graduação em: Supervisão Pedagógica; Gestão Escolar; Ensino da Língua Portuguesa e Matemática do ensino primário. Mestrado em Engenharia de Formação e Didáctica do Francês; Doutorando em Supervisão Pedagógica

Conforme se evidencia na Tabela 4, o entrevistado E1 fez formação inicial em Ensino da Química e desenvolveu a sua formação académica nessa área (é mestre e atualmente encontra-se a finalizar o seu doutoramento). Leciona há cerca de 26 anos, dos quais 23 no ISCED, disciplinas do plano curricular do curso de Licenciatura em Ensino da Química acumulando, ao longo deste período, atividades de gestão académica. Desde 2009 que exerce o cargo de Diretor Adjunto para a Área Académica.

O entrevistado E2 também fez formação inicial em Ensino da Química, mas desenvolveu a sua formação académica noutra área, sendo mestre em Geociências. Leciona há cerca de 27 anos, 20 no ensino geral como professor de Química e 7 no ISCED onde leciona disciplinas de Química e de Prática Pedagógica de Química. Há 4 anos é Chefe de secção do Curso de Ensino Química.

Pelo perfil destes dois entrevistados consideramos que ambos têm uma experiência profissional considerável no contexto do caso em estudo, possuindo saberes de relevo para o nosso objeto de estudo.

E3, participante deste estudo por impossibilidade de se ter entrevistado o representante provincial em Ensino da Química, tem uma experiência de 5 anos como gestor na coordenação pedagógica da Província da Huíla. Acumula esse cargo com a lecionação no Ensino Superior, se bem que não na Instituição onde o nosso estudo se realizou, e tem desenvolvido sua formação académica, inicialmente em Ensino da Linguística Francesa, e posteriormente na área da Educação (várias pós-graduações finalizadas e um doutoramento em curso).

Apresenta-se, na Tabela 5, uma síntese da análise de conteúdo das três entrevistas, com indicação (a) das dimensões de análise e das (b) categorias e subcategorias definidas. Na Tabela 5 apresentam-se transcrições ilustrativas para as categorias de resposta.

Tabela 5: Síntese da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, por dimensão de análise

Dimensões de análise	Categorias definidas
D1- Políticas/diretrizes nacionais e locais (provinciais e institucionais) orientadoras da FIP	C1: Documentos gerais internacionais (ex., Agendas internacionais) C2: Documentos gerais nacionais (ex., Lei de

	<p>Bases do sistema de educação)</p> <p>C3: Documentos específicos nacionais (ex., Lei de Bases do sistema de educação)</p> <p>C4: Documentos locais (ex., Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI; Projeto Pedagógico do Curso de Ensino da Química (PPEQ))</p>	
D2- Influência das políticas/diretrizes nacionais e locais	<p>C5: Aplicação de políticas nacionais</p> <p>C6: Recontextualização de políticas</p>	
D3- Pontos fortes e frágeis da FIP em geral, e em particular no caso do curso em estudo.	<p>D3.1- Pontos fortes</p> <p>C7: Gestão administrativa do Curso</p> <p>C8: Gestão de recursos</p> <p>C8.1 Humanos C8.2 Materiais</p> <p>C9: Gestão curricular</p> <p>C10: Perfil de saída</p> <p>C10.1 Ensino;</p> <p>C10.2 Não Ensino</p>	<p>D3.2- Pontos frágeis</p> <p>C8: Gestão de recursos</p> <p>C8.1 Humanos C8.2 Materiais</p> <p>C9: Gestão curricular</p> <p>C10: Perfil de saída</p> <p>C10.1 Ensino; C10.2 Não Ensino</p>
D4- Recomendações de melhoria para a FIP em geral, e em particular para no caso do curso em estudo	<p>C7: Gestão administrativa do Curso</p> <p>C9: Gestão curricular</p> <p>C11: Outras (ex., avaliação; reformulação de políticas institucionais)</p>	

Tabela 6: Transcrições ilustrativas por dimensão e categoria/subcategoria de análise

Dimensões de análise	Exemplos de transcrições por categoria
----------------------	--

D1	<p>C1</p> <p><i>... alguns documentos relacionados ao programa 2025...(E1)</i></p> <p>C2</p> <p><i>... era então a Lei 13 e agora substituída pela 16/17(E1)</i></p> <p><i>... o Ministério orienta-se mais pela Lei de Base ... que nós também nos baseamos (E2)</i></p> <p><i>... está na planificação geral só Ministério... Política central... (E3)</i></p> <p>C3</p> <p><i>... depois temos o Plano Nacional de Quadros... (E1)</i></p> <p>C4</p> <p><i>... a nossa instituição foi redimensionada com base em documentação de conselho de Ministros... passou a ser uma Instituição autónoma, isso nos leva a termos um foco mais Provincial do que nacional, de tal forma que o que o Governo provincial define, influencia na formação de professores a nível da Província ... pois temos estado a tentar responder as necessidades dos professores formados a nível médio para que não fiquem muito tempo paralisados, temos um documento que reflecte acordo e convénio com a Direção Provincial da Educação que permite esta Escola de Formação de Professores. (E1)</i></p> <p><i>... O PDI em vigência ... estamos a concretizar mais as acções que estavam como projecto (E1)</i></p> <p><i>... no ISCED....nós temos o PDI, onde vêm as orientações ... o desenvolvimento da formação aqui e é através deste PDI que nós adaptamos alguns ... em termos curriculares adaptamos algumas orientações do PDI... (E2)</i></p> <p><i>... no caso do curso de Ensino da Química, o normativo em geral é o PPC... serve de base par orientação do curso (E2)</i></p>	
D2	<p>C5</p> <p><i>... na lei de bases é mesmo a formação de um homem capaz de responder cabalmente às exigências do país ... no curso pois estamos a falar de formados em Ensino da Química. O ISCED tem a missão de formar professores para leccionar Química é aí onde revemos a aplicabilidade da lei de bases para a formação integral do homem.(E2)</i></p> <p>C6</p> <p><i>... Ainda carece de uma intervenção pois que quanto a contextualização da política nacional, ainda nota-se dificuldades...(E3)</i></p>	
D3	D3.1	D3.2 Pontos frágeis
	<p>C7</p> <p><i>... O ISCED está a trabalhar no instrumentos (protocolo) para aproximar a Direções de escola para identificar as principais</i></p>	<p>C7</p> <p><i>... fraquezas dos cursos está ligado ao regime pós laboral porque estes formandos têm múltiplas dificuldades...(E2)</i></p> <p>C8/8.1</p>

	<p>dificuldades para solucionar (E3)</p> <p>C8/8.1</p> <p>... O ISCED, até sete anos atrás tinha 65% de docentes Licenciados, neste momento, o número de Licenciados é de 15%, estamos com 60% docentes Mestres e 30% Doutores, este grosso quase todo formado na própria casa... são pessoas que já viveram experiências em casa e buscam outras experiências para enriquecer ... é a integração do ISCED com outras Universidades, o que tem permitido muitas trocas de experiências em que Universidades do País e estrangeiras, têm estado a colaborar trazendo as suas experiências para cá. Desta forma cooperamos com Universidades brasileiras, portuguesas, alemães e cubanas, além das angolanas...(E1)</p> <p>C10.2</p> <p>10.2</p> <p>... é um curso que socialmente pode ser aplicado... pois na região existem algumas fábricas... curso aplica-se na prática, como é o caso de estudantes formados em Química e que após o curso desenvolveram outras competências na área da medicina ...(E2)</p>	<p>... um dos maiores constrangimentos é o envelhecimento dos docentes... e em termos financeiros para a aquisição de meios de ensino... para a cada ano se sintam revigorados, e entrar no processo mais motivado... (E1)</p> <p>C8/8.2</p> <p>... parte de material de apoio, na área de laboratório, que neste momento não existem em quase todas as áreas (E1)</p> <p>C9</p> <p>... dificuldade em articular ao longo da formação as outras áreas de Ciências Exactas...é a abstracção... a forma como muitos professores de Química ensinam..... uma disciplina abstrata porque há muita coisa que para ser transladada para a componente prática fica difícil...(E2)</p> <p>... é preciso que o professor em FI, a medida que vão estudando, observem sim o plano curricular ... pois que depois de terminar tal formação eles são colocados no ensino secundário e primário. E nem sempre eles conseguem articular o aprendizado na sua profissão..... julgo que o ISCED não tem políticas para a extensão da FIP com as escolas de aplicações... não tem..... o ISCED tem pouco acompanhamento dos seus formandos em serviço.(E3)</p> <p>C10.2</p> <p>... do perfil de saída... para que o aluno aqui formado não seja apenas professores para o I e II ciclos, então que fosse integrado também noutras áreas... (E2)</p>
D4	<p>C7</p> <p>... terminar com a formação no pós laboral...(E2)</p> <p>C8.2</p> <p>...os manuais devem ser de acordo com o contexto das políticas regionais, pois para além destas serem nacionais devem observar o que mais ou menos na área...em função das suas necessidade...também olharia para a questão da formação contínua, já que o ISCED ao promover a FI em Química...(E3)</p> <p>C9</p> <p>... um individuo formado em Química é...acompanhado por um formado em Psicologia... não seria o desejado...para facilitar a integração do formando do ISCED com a sua área</p>	

	<p><i>de trabalho uniformização dos cursos, ou seja a harmonização entre os cursos, de maneiras a torna-los o mais uniforme possível de formas a possibilitar que haja a mobilidade dos estudantes, de maneiras a que também os próprios docentes possam fazer um trabalho de interajuda entre eles..... os núcleos que nós criamos de discussão metodológica, olham para a configuração dos programas, bem como os objectivos e formas de alcance dos mesmos, e temos sentido a necessidade de olhar para a prática pedagógica como tal..... parte da supervisão, em termos de supervisão dos formandos e dos formadores... (E1)</i></p> <p><i>... fortalecer o próprio curso, sem esquecer que as exigências aumentam, logo a qualidade de formação também devia aumentar... alargar a componente um pouco experimental... que se reveja o plano curricular que temos de modo a melhorar...(E2)</i></p> <p><i>... Começaria pela criação do projeto Educativo dos cursos do ISCED, pois observo que o nele deveriam constar quem são as pessoas que haviam de trabalhar na FIP, estreitando os laços entre eles, isto é o ISCED e as instituições da Direção da Educação... continuidade no protocolo em que na antiga Direção da Educação onde elencamos um conjunto de estratégias, para que o ISCED possa reaver o produto da sua formação, que acaba sendo nosso também..... O ISCED deve ver o perfil académico e também o profissional, garante do exercício profissional do futuro professor...(E3)</i></p> <p>C11</p> <p><i>... como disse atrás os cursos não foram avaliados ainda ... como medida de melhorias é o que aponto ... Outro foco como disse no princípio é a avaliação ... que se direcione ajudas nos momentos que as pessoas necessitem, para melhorar o processo e para conseguirmos introduzir mecanismos de avaliação que consigam promover a capacidade dos docentes em se superar como a capacidade dos estudantes em aprender. (E1)</i></p> <p><i>... ISCED ...deveria reformular as suas políticas... porque isso até seria um grande desafio da própria instituição (E3)</i></p>
--	---

Apesar do número reduzido de entrevistas realizadas, podemos realçar, a partir da análise efetuada, alguns aspetos comuns, mas muitos outros diferenciadores em função do perfil dos entrevistados. Assim:

- com exceção de E1, os outros dois entrevistados mencionam apenas documentos gerais e nacionais (Lei de Bases do Sistema de Educação) como norteadores da FIP. Este resultado pode evidenciar algum desconhecimento de documentos nacionais dirigidos à FIP;

- a nível local/institucional referem a importância do PDI e o PPC. Este último é referido frequentemente pelo E2, o que sugere a relevância que este lhe dá na gestão do Curso;

- com exceção de uma referência de E1, o E3 realça diversas vezes a necessidade de articulação entre as políticas provinciais e institucionais. Em relação, ainda, à importância da articulação entre a formação ministrada na instituição e nas escolas. Estes resultados podem ser interpretados, por um lado, pela sua função de gestão intermédia e, por outro, à sua formação pós-graduada na área da educação;

- poucas evidências foram recolhidas sobre a natureza de aplicação *versus* de recontextualização das políticas nacionais e locais, eventualmente devido à forma como a entrevistadora abordou esta questão;

- como pontos fortes do Curso de notar a relevância que E1 dá à gestão de recursos humanos. Respostas incluídas nesta subcategoria (o caso do envelhecimento do corpo docente) são ainda referidas como um dos pontos frágeis do Curso. Como uma recomendação de melhoria para a FIP na Instituição refere a avaliação do curso. As suas responsabilidades institucionais na gestão académica pode estar na base destas respostas;

- E2 focaliza o seu discurso frequentemente em assuntos da gestão pedagógica do Curso e de recursos materiais, facto que mais uma vez pode estar associado à sua função de coordenação do mesmo. Surpreendentemente, atendendo a diretrizes da política internacional e nacional, vê como um dos pontos fortes do Curso o facto de este poder dar acesso a outras profissionais que não a de professor.

Conclusões

Esta última parte da dissertação encontra-se estruturada em 3 secções. Na primeira são sintetizados os principais resultados do estudo tendo em conta os objetivos de investigação formulados; na segunda indicam-se as principais limitações do estudo; e por fim apresentam-se sugestões para a FIP em Angola, e para a investigações futuras.

Principais resultados do estudo

Os principais resultados do estudo são aqui sumariados em função dos objectivos do estudo.

1. *Analisar discursos político-normativos sobre FIP em Angola, no período de 2009-2017, à luz de referentes internacionais, refira-se que:*

- até 2030, substancia-se aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (Agenda 2030). Neste sentido, é importante ressaltar que a FIP deve ser baseada em parcerias, posto que, a garantia da qualidade de ensino, é efectivada através da promoção de oportunidades para a aprendizagem ao longo da vida para todos e a todos os níveis, não obstante a isto, a FIP, deve proporcionar competências técnicas altamente especializadas para a resolução das questões relacionadas com a profissionalização para a docência e fundamentalmente a formação de profissionais reflexivos.

2. *Caracterizar os modos como esses discursos influenciam as políticas locais sobre FIP, no caso particular da FIP de Química, através da análise de instrumentos institucionais e de percepções de atores educativos.*

Da análise dos instrumentos institucionais, ressalta-se neste caso em particular na FIP de Química que:

- o currículo deste curso é concebido como um sistema articulado que, além da transmissão de conteúdos e da produção de conhecimentos, inclui o desenvolvimento por parte dos formandos de habilidades básicas, específicas e globais, bem como de atitudes formativas, de análise crítica e de percepção global

da sua futura atuação como profissionais e membros da sociedade, de maneira a configurar-se como o conjunto de actividades académicas.

- espera-se que o futuro professor de Química, venha a atuar com profissionalismo, isto é, deverá mostrar domínio dos conhecimentos científicos específicos do curso, como também, atuar com responsabilidade e autonomia na tomada de decisões para resolução de questões relacionadas com o desempenho da docência nos subsistemas não universitários do país.

Além destas particularidades, releva-se a capacidade de poder avaliar criteriosamente tanto o contexto em que se insere a sua atuação como o reconhecimento das suas próprias qualidades e fragilidades ao longo do desempenho da profissão, sem perder de vista a cooperação com a classe de profissionais e interagindo com a sociedade de modo geral.

Sobre a percepção dos atores educativos, imergem as seguintes ideias:

- as políticas locais influenciam na FIP do curso de Ensino da Química, pois existe um protocolo entre a Direção Provincial da Educação da Huíla e o ISCED/Huíla que permite a cooperação entre as partes no sentido de favorecer a mobilidade dos estudantes para as instituições de ensino no caso às escolas do ensino secundário de modos a permitir a integração com as práticas;

- desenvolvem-se espaços para a discussão e análise de questões metodológicas a nível institucional (docentes da FIP de ensino da Química), de modo a analisar a configuração dos programas de ensino, de modo a destacar o papel fundamental das disciplinas profissionalizantes como o suporte para uma formação de futuros profissionais capazes de responder aos desafios que a profissão lhes coloca.

- o processo de supervisão, tem permitido a adopção de mecanismos para a efetivação da avaliação, pois representa o principal foco para aferir sobre o processo formativo em todas as suas dimensões, através da implementação de medidas que favorecem a superação das fragilidades dos próprios docentes e a melhoria da capacidade de aprendizagem dos próprios estudantes.

3. Propor recomendações de melhoria para a FIP em Angola:

- melhorar as formas de divulgação dos documento orientador do Curso atualmente em vigor;

- promover formas para facilitar o conhecimento das políticas educativas vigentes no país, local e institucionalmente por parte dos professores;
- propor um plano de melhorias para a FIP (quanto à integração da componente prática);
- propor políticas para atrair estudantes para frequentar o curso;
- propor políticas para reter os formados no curso em causa ao exercício da profissão;
- propor formas de supervisão e avaliação do impacto dos formados no curso.

Limitações do estudo

No desenvolvimento do estudo considera-se a existência de quatro principais limitações:

- Dificuldade de acesso a literatura da especialidade, nomeadamente porque grande parte do tempo do mestrado ocorreu em Angola, onde os recursos são exíguos. Isto porque a mestranda não foi autorizada dispensa das suas funções docentes e de coordenação da Departamento de Ciências Exatas da Escola Superior Pedagógica do Namibe;
- Dificuldade de acesso aos documentos reguladores da política de FIP (por exemplo, a sua não publicação nos sítios oficiais);
- Dificuldades iniciais na condução de entrevistas, o que levou à necessidade de efetuar uma 2ª entrevista de reforço ao 1º entrevistado (E2);

Impossibilidade de realizar a entrevista prevista ao coordenador provincial da Huíla do Ensino da Química, pela não comparência do mesmo aos encontros agendados. Esta impossibilidade levou-nos a entrevistar o coordenador da ZIP.

Sugestões

Do trabalho realizado emergem sugestões, quer para a FIP em Angola, quer para investigações futuras.

No que diz respeito à FIP considera-se que:

- os órgãos do poder central devem tornar mais acessíveis os documentos reguladores da política de FIP (por exemplo, a sua publicação em sítios oficiais);

- as políticas de FIP devem ser mais enquadradas internacionalmente. Por exemplo, o facto de a profissão docente ser considerada já há alguns anos como devendo ser altamente qualificada (por exemplo, CE, 2005) poderá contribuir para o questionamento de que esta em Angola, e para o caso dos professores do ensino primário, ainda ocorrer no ensino não superior;

Apesar da 2ª fase do nosso estudo ter usado uma abordagem de estudo de caso, não permitindo generalizações estatísticas, constatam-se indícios quanto à necessidade de:

- melhorar a articulação entre as diferentes estruturas com responsabilidades na FIP (por exemplo, o Ministério de Educação representado pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Educacional/INIDE, a Direção Provincial da Educação, as Instituições de Formação de Professores e as próprias escolas);

- incrementar o desenvolvimento profissional dos formadores de professores, por exemplo através da mobilidade docente, da frequência de formação na área da FP;

- contemplar no estatuto da carreira docente a valorização da atualização da formação do docente do ensino superior, podendo esta ser uma forma de os incentivar a melhorar as suas práticas;

- serem potenciados espaços de análise e discussão de documentos reguladores da política nacional e formas de como estas podem influenciar as políticas locais e institucionais;

No que diz respeito a sugestões para futuras investigações, refiram-se duas possibilidades:

- dar continuidade à análise documental elaborada após o período estudado. Atendendo à reconfiguração político-administrativa do País é muito provável a ocorrência de mudanças também nas políticas educacionais de FIP;

- o aprofundamento do estudo agora iniciado na nossa 2ª fase, mesmo no caso estudado, conduzindo mais entrevistas a atores educativos (como o Coordenador Provincial de Química, docentes envolvidos a FIP e mesmo estudantes) e observando práticas institucionais (como os fóruns de debate, reuniões de coordenação, e aulas).

Referências bibliográficas

Abelha, M., Kayumbuka, J., Albuquerque, A. S., & Machado, E. (2017). School leadership: results from a case study at a teacher training school in Benguela province. In J. Mena, A. García-Valcárcel, F. J. G. Peñalvo, M. M. Del Pozo (Eds.). *Search and Research: teacher education for contemporary contexts*. Atas da 18th Biennial Conference on Teachers and Teaching (pp. 475-483), Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca

Aço, M. (2018). Formar professores para uma escola inclusiva e sustentável. In M. Afonso, I. Paxe, e L. Luciano, L. (Orgs), *Actas das perceções e discussões em grupos temáticos do Encontro Nacional da Educação* (pp. 41-42). Luanda: Editora Moderna

Afonso, M., Paxe, I. & Luciano, L. (2018). *Actas das perceções e discussões em grupos temáticos do Encontro Nacional da Educação*. Luanda: Editora Moderna

Akkari, A. (2017). A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? *Revista Diálogo Educacional*, 17 (53), 937-958

Alferes, R. J. M. E. (2010). Contratos de Autonomia: entre as retóricas e a realidade: Um estudo de caso. (Dissertação de Mestrado). Aveiro. Universidade de Aveiro

Alfredo, F. C. & Tortella, J. C. B. (2014). Formação de professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico. *EccoS Revista Científica*, 33, 125-142

Almeida, S. & Lopo, T. T. (2015). *Formação inicial de professores do 1º e do 2º ciclo. Tendências de organização curricular*. Parte I. Lisboa: Conselho Nacional de Educação (CNE).

Amado, J. (coord). (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação* (2ª ed.). Coimbra: Universidade de Coimbra

Amaral, C. A. (2013). Gestão por competências no ministério da educação: um estudo de caso à luz da inovação em serviços. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasil.

Bagdan, R, & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma Introdução à Teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Cardoso, E. M. S. & Flores, M. A. (2009). A formação inicial de professores em angola: problemas e desafios. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. (p. 156-166). Braga: Universidade do Minho.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8ª ed.). São Paulo: Cortez. Brasil.
- Comissão da União Africana/CUA (2016). *Agenda 2063 – A África que queremos*. Etiópia (Addis Ababa): OUA, Acessível em http://www.adeanet.org/en/system/files/resources/02_agenda2063_popular_version_pos.pdf
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2016). *Formação Inicial de Educadores e Professores e o Acesso à Profissão*. Lisboa: CNE
- Costa, A.P. & Amado, J. (2017). *Análise de conteúdo suportada por Software* (1ª ed.). Aveiro: Editora Ludomedia
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina
- Dellagnelo, E. H. L. & Silva, R. C. (2005). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In Vieira, M. M. F. & Zovain, D. M. (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática* (pp. 97-118). São Paulo: FGV
- EC/European Commission (2005). Common European principles for teacher competences and qualifications. European Commission. Acessível em http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/principles_en.pdf
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas
- Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação/INFQE (2016). *Proposta de Política de Formação de Professores da Educação Pré-escolar, do Ensino Primário e do 1º ciclo do Ensino Secundário*. Luanda: Angola

Isaías, F. A. (2013). A monodocência nas 5ª e 6ª classes do Ensino Primário de Angola: a visão dos professores. (Dissertação de Mestrado). Évora. Universidade de Évora.

Júnior, J. P. S. (2013). A Supervisão Pedagógica em Ensino da Biologia no Instituto Superior de Ciências da Educação ISCED/HUÍLA-Angola. Contributos metodológicos para o seu desenvolvimento.(Tese de Doutoramento). Aveiro. Universidade de Aveiro

Leite, L. (s/d). Formação Inicial de Educadores de Infância e Professores na Universidade do Minho: Das Licenciaturas aos Mestrados em Ensino. Universidade do Minho- Instituto de Educação. Braga

Lopes, B., Costa, N., & Matias, B. (2016). Impact evaluation of two master courses attended by teachers: an exploratory research in Angola. *Problems of Education in the 21st Century*, 74, 49-60

Mainardes, J. (2018). Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. *Laplace em Revista*, 4(1), 186-201

Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas 2003. S. Paulo: Câmara Brasileira do Livro

Martins, R. (2018). O prestígio e a consideração social do professor: uma visão holística construtivista. In M. Afonso, I. Paxe, & L. Luciano, L. (Orgs), *Actas das percepções e discussões em grupos temáticos do Encontro Nacional da Educação* (pp. 46-47). Luanda: Editora Moderna

Melo, L. (2011). A Melhoria da Escola sob o Prisma da Avaliação. (Dissertação de Mestrado). Aveiro. Universidade de Aveiro

Mendes, M., Medeiros, A. & Peneda, D. (2005). Formação inicial de professores de ciências da natureza - estudo comparativo em duas escolas superiores de educação. In *Da Investigação às Práticas - Estudos de Natureza Educacional*. VI (1) (p. 85-106). Lisboa: Escola Superior de Educação

Mesquita, E. & Roldão, M. C. (2017). *Formação Inicial de Professores – a supervisão pedagógica no âmbito do processo de Bolonha*. Lisboa: Edições Sílabo

Ministério da Educação da República de Angola. (2008). *Plano Mestre de Formação de Professores em Angola: Encargos Financeiros (2008-2015)*. Luanda: MED

Ministério da Educação de Angola (MED). (2007). *Plano Mestre de Formação de Professores em Angola*. Luanda: MED

Ministério da Educação de Angola. (2014). *Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Relatório de Monitorização sobre Educação para todos*. (p. 47). Luanda: MED. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002317/231722por.pdf>

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editora.

Perrenoud, Ph. (2000). *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre : Artmed Editora (trad. en portugais de Dix nouvelles compétences pour enseigner. Invitation au voyage. Paris : ESF, 1999)

Ponte, J. P., Januário, C, Ferreira, I. C. & Cruz, I. (2000). *Por uma formação inicial de professores de qualidade*. Documento de trabalho da Comissão ad hoc do CRUP para a formação de professores

Quitembo, A. D. J. (2010). A formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências de Educação em Benguela - Angola. Um estudo sobre o seu desenvolvimento. (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa

Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research: a practical guide*. Thousand Oaks: SAGE Publications

UNESCO. (2016). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Brasil (Brasília): UNESCO

Yin, K. R. (2005). *Estudos de Caso. Planejamento e Métodos* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman

Legislação consultada

Constituição da República de Angola (2010), promulgada a 5 de Fevereiro de 2010.

Decreto Lei N.º 13/01, DR.Nº, 1ª série de 31 de Dezembro, aprova os princípios e as bases gerais do sistema de Ensino angolano

Decreto Lei 17/16, DR. Nº 170, 1ª I série, de 7 de Outubro, aprova os princípios e as bases gerais do Sistema de Ensino angolano

Decreto Lei Nº 90/09, DR. Nº 237, 1ª série, de 15 de Novembro, estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do Ensino Superior.

Decreto Presidencial, 3/08, DR.Nº40, 1ª série de 4 de Março, aprova o estatuto da carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnico Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação

Decreto Presidencial nº 109/11, DR. Nº 98, 1ª série, de 26 de Maio, aprova o estatuto do subsistema de formação de professores

Decreto Presidencial nº 258/17, DR. Nº 185, 1ª série de 27 de Outubro, aprova o Plano intercalar contendo as medidas da política de ação para melhorar a situação económica e social atual para o período de Outubro de 2017 a Março de 2018

Anexos

ANEXO 1: Carta de solicitação de colaboração em estudo de investigação

Assunto: *Solicitação de colaboração em estudo de investigação*

Namibe, 07 de Abril de 2018

Digníssimo Diretor do Instituto de Ciências de Educação da Huíla

Eu, Domingas da Anunciação Madalena Calovela Rodrigues, Licenciada em Ciências da Educação/opção Ensino da Química pelo Instituto de Ciências de Educação da Huíla (ISCED_Huíla), docente da Escola Superior do Namibe, e a frequentar o Mestrado em Educação e Formação/especialidade Administração e Políticas Educativas na Universidade de Aveiro (Portugal) venho, por este meio, solicitar a sua autorização para que o estudo empírico do meu projeto envolva a Instituição que Vossa Ex.^{cia} dirige.

O meu projecto de dissertação de mestrado intitula-se “Avaliação do Impacto das Políticas Educativas para a Formação Inicial de Professores em Angola: um estudo de caso”, e está a ser orientado pela Professora Doutora Nilza Costa da Universidade de Aveiro.

O ponto de partida do projeto reside na convicção da importância de se analisar em que medida as Políticas Educativas em Angola (centrais, locais e institucionais) sobre Formação Inicial de Professores (FIP) respondem às necessidades da formação e, eventualmente propor sugestões para uma agenda política sobre FIP potenciadora da sua qualidade.

Atendendo ao prestígio da Instituição que dirige e ao meu perfil académico, a nossa opção foi desenvolver o nosso estudo empírico, em formato de estudo de caso, no ISCED_Huíla, e mais concretamente no Curso de Licenciatura em Ciências da Educação/opção Ensino da Química. Este estudo prevê a recolha de documentos sobre a Instituição e Curso, inquirir o Chefe de Repartição do Curso e docentes do mesmo. O anonimato da Instituição será garantida, se assim o desejar, e um exemplar da dissertação oferecida à Vossa Instituição. Caso considere importante poderei, ainda, divulgar os resultados na Instituição, em formato a combinar.

ANEXO 2: Guiões de entrevistas

Guião da entrevista do E1

Tema de Investigação: Políticas Educativas na Formação Inicial de Professores em Angola (FIP): um estudo de caso do ISCED-HUÍLA

Objetivo Geral: Analisar as políticas educativas de Formação Inicial de Professores (FIP) para o ensino secundário, nomeadamente em Angola e a forma como as políticas educativas nacionais influenciam as locais (provinciais, institucionais) e sugerir eventuais formas de melhorar

Objetivo Específico: Caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre cada bloco temático

Procedimento: Entrevista semi- estruturada em função dos blocos temáticos, questões e os tópicos principais

Blocos Temáticos(BT)	Objetivos do bloco	Questões	Questões de recurso	Tópicos BT
BLOCO A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	a)Esclarecer ao entrevistado os objetivos da entrevista; b)Garantir a confidencialidad e c) Solicitar gravação áudio d) Solicitar validação da transcrição da entrevista e) Preencher o consentimento	- Autoriza a gravação desta entrevista? - Poderá validar a transcrição da entrevista posteriormente? - Deseja saber mais alguma coisa acerca deste trabalho?	Tem alguma pergunta mais a fazer?	Informação sobre o projeto e o que se pretende com a entrevista; Tipo de colaboração (anonimato, validação posterior da transcrição da entrevista, devolução dos

	informado f)Agradecer a disponibilidade			resultados do estudo...)
BLOCO B_ Caracterização do perfil do entrevistado	<p>Caracterizar o perfil do entrevistado quanto à (i) percurso profissional (ii) experiência profissional; (iii) tempo de exercício do cargo, (iv) os principais desafios do cargo ... motivações em exercer o cargo?</p> <p>(v) principais funções desempenhadas no cargo ...</p>	<p>1. O cargo de Vice-Diretor Acadêmico, sendo um cargo de liderança, onde é necessário tomar decisões importantes e estas decisões relacionam-se sempre com o percurso profissional/pessoal. Podia descrever um pouco o seu percurso profissional? Qual é a sua experiência Profissional? Há quanto tempo exerce o cargo?</p> <p>2. Quais são os principais desafios para si enquanto</p>	Quer acrescentar mais algum aspecto que considere relevante para a caracterização do seu perfil?	

		<p>Diretor</p> <p>Adjunto para a área</p> <p>Académico do ISCED_Huíla,</p> <p>para os professores, e para os alunos?</p> <p>Quais considera serem os pontos fortes e os constrangimentos?</p> <p>3. Encontra motivações em exercer o cargo?</p> <p>4. Quais as principais funções desempenhadas no cargo?</p>		
BLOCO C: Conhecimento sobre as políticas educativas nacionais e institucionais vigentes	<p>Caracterizar o conhecimento que o diretor académico do ISCED_Huíla possui sobre:</p> <p>- as políticas</p>	<p>(Certamente que a organização e gestão académica, está assente em políticas/diretrizes nacionais e institucionais para a</p>	<p>Considera que os formados no ISCED/Huíla têm algumas características comuns aos dos outras instituições de</p>	<p>Políticas educativas nacionais e institucionais vigentes para a FIP</p>

<p>para a FIP em Angola e seu impacto na gestão e organização académica do ISCED-Huíla</p>	<p>educativas nacionais vigentes para a FIP em Angola;</p> <p>- as políticas (directrizes gerais para a FIP no ISCED_Huíla</p>	<p>FIP.</p> <p>Se Sim:</p> <p>- quais são essas políticas/directrizes no caso do País?</p> <p>Localmente e Institucionais no caso do ISCED_Huíla?</p> <p>- De que formas e quando articulam-se as políticas/directrizes nacionais e institucionais nas práticas institucionais de gestão académica?</p> <p>- Considera que a classe académica envolvida na FIP têm conhecimento dessas políticas/directrizes e se sim, como é que as obtêm? Há momentos para a sua participação nas discutir ?</p> <p>Se Não:</p> <p>- o que considera</p>	<p>FIP nacionais... se sim, quais?</p> <p>Por favor dê exemplos concretos</p>	<p>(em Angola e no ISCED_Huíla)e sua influencia na organização e gestão dos Curso de FIP no ISCED_Huíla</p>
---	--	--	---	---

		<p>influenciar a organização e gestão académica? Por exemplo, directrizes internacionais.</p>		
<p>BLOCOD:</p> <p>Organização e gestão académica.</p> <p>Análise da estratégia de gestão académica dos cursos (pontos fortes e dificuldades)</p> <p>Resultados relativamente e à obtenção da FIP</p>	<p>Caracterizar as percepções do entrevistado sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as principais estratégias de gestão académica dos cursos desenvolvidos no ISCED-HLA - seus pontos mais fortes e frágeis - sobre eventuais alterações introduzidas de outras edições do - impactos da 	<p>Certamente são promovidos espaços para se pensar e definir as directrizes norteadoras do processo formativo do ISCED-HLA.</p> <p>Se Sim por favor</p> <p>- Quais são estas directrizes norteadoras do processo formativo?</p> <p>Existem características transversais nos cursos do ISCED-HUÍLA (estrutura, perfil de saída) entre os cursos de FIP</p>	<p>A atual edição de Cursos está em vigor na Instituição, desde quando?</p> <p>Que outras edições houve anteriores do Curso?</p>	

	<p>frequência dos cursos de FIP</p> <p>desenvolvidos nas edições passadas?</p> <p>- indique quais são na generalidade essas orientações.</p> <p>- essas orientações mudaram relativamente as edições atuais? Se sim quais forma as principais mudanças e porque considera que elas foram alteradas?</p> <p>Quais considera ser os pontos mais fortes dos Cursos (por exemplo, se quisesse “convencer”/influenciar um estudante para se inscrever o que diria?)</p> <p>Quais considera ser os pontos mais frágeis dos Curso?</p> <p>Quais as estratégias de poder reter os formados ao exercício da profissão após a</p>		
--	---	--	--

		<p>conclusão da FIP</p> <p>Consegue identificar evidências sobre os impactos da frequência dos cursos de FIP no ISCED-HLA?</p> <p>Considera que outros professores das escolas onde estes leccionam, oferecem alguma resistência a eventuais sugestões de mudança propostas pelos professores formados pelo ISCED-HLA?</p>		
<p>BLOCO E:</p> <p>FORMAS</p> <p>PARA</p> <p>MELHORIA</p> <p>DA FIP NO</p> <p>ISCED-HLA</p>	<p>Propor recomendações de melhoria</p> <p>- para a FIP em geral para os cursos do ISCED-HLA</p> <p>- para as políticas/directrizes nacionais e internacionais e</p>	<p>1) Os cursos de FIP no ISCED-HLA já alguma vez foram avaliados?</p> <p>2) Tem um plano de melhorias para a FIP, em particular no caso em</p>	<p>1) Presente uma síntese deste plano?</p>	<p>Sugestões e eventuais recomendações para melhoria</p>

	<p>forma de estas se articularem com a organização e gestão dos cursos, tendo em vista a melhoria da sua qualidade.</p>	<p>estudo?</p> <p>3) Que resultados já obteve da implementação do referido plano?</p> <p>4) À quanto tempo está a implementar o referido?</p> <p>5) Tem algum impacto? Qual?</p>		
--	---	--	--	--

Guião da entrevista de investigação do E2

<p>Tema de Investigação: Políticas Educativas de Formação Inicial de Professores em Angola (FIP): um estudo de caso do ISCED/Huíla-Angola</p> <p>Objetivo Geral: Analisar as políticas educativas de Formação Inicial de Professores (FIP) para o ensino secundário, nomeadamente em Angola e a forma como as políticas educativas nacionais influenciam as locais (provinciais, institucionais) e sugerir eventuais formas de melhorar</p> <p>Objetivos Específicos: Caracterizar o ponto de vista dos entrevistados sobre cada bloco temático</p> <p>Procedimento: Entrevista semi- estruturada em função dos blocos temáticos, questões e os tópicos principais</p>				
Blocos Temáticos(B T)	Objetivos do bloco	Questões	Questões de recurso	Tópicos BT
BLOCO A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	a)Esclarecer ao entrevistado os objetivos da entrevista; b)Garantir a confidencialidade de c) Solicitar gravação áudio d) Solicitar validação da transcrição da entrevista e) Preencher o consentimento informado f)Agradecer a disponibilidade	- Autoriza a gravação desta entrevista? - Poderá validar a transcrição da entrevista posteriormente? - Deseja saber mais alguma coisa acerca deste trabalho?	Tem alguma pergunta mais a fazer?	Informação sobre o projeto e o que se pretende com a entrevista; Tipo de colaboração (anonimato, validação posterior da transcrição da entrevista, devolução dos resultados do

				estudo...)
BLOCO B_ Caracteriza ção do perfil do entrevistado	Caracterizar o perfil do entrevistado quanto à (i) formação académica, (ii) experiência profissional; (iii) tempo de exercício do cargo, (iv) motivações para aceitar o cargo ...(v) principais funções desempenhadas no cargo ...	5. Qual é o seu nível académico? 6. Qual é a sua experiência Profissional? 7. Há quanto tempo exerce o cargo? 8. Encontra motivações em exercer o cargo? 9. Quais as principais funções desempenhadas no cargo?	Quer acrescentar mais algum aspecto que considere relevante para a caracterização do seu perfil?	
BLOCO C: Conhecimen to sobre as políticas educativas nacionais e institucionai s vigentes para a FIP em Angola e seu impacto	Caracterizar o conhecimento que o diretor de curso possui sobre: - as políticas educativas nacionais vigentes para a FIP em Angola; - as políticas	(Certamente que a organização e gestão do curso que chefia, está assente em políticas/diretrizes nacionais e institucionais para a FIP e Sim: - quais são essas políticas/directrizes no caso do País?	Considera que os objetivos, perfil de saída desejada e estrutura dos Curso de FIP do ISCED_Huíla têm algumas características comuns... se	Políticas educativas nacionais e institucionais vigentes para a FIP (em Angola e no ISCED _Huila)e sua influencia

na gestão e organização do Curso	<p>(directrizes gerais para a FIP no ISCED_Huíla</p> <p>- a forma como essas políticas/directrizes se manifesta na organização e gestão do curso.-</p>	<p>- quais são essas políticas/directrizes no caso do ISCED_Huila?</p> <p>- considera que essas políticas (e por favor especifique quais) são importantes para a organização e gestão do curso</p> <p>- Considera que os docentes envolvidos no Curso têm conhecimento dessas políticas/directrizes e se sim, como é que as obtêm? Há momentos para as discutir? Se sim, como e quando?)</p> <p>- dentro das políticas/directrizes mencionadas poderá dar-me exemplos concretos de como elas se traduzem na organização e gestão do curso</p> <p>Se Não:</p> <p>- o que considera influenciar a organização e gestão do Cursos que chefia?</p> <p>Por exemplo,</p>	<p>sim, quais e de onde vêm?</p> <p>Por favro dê exemplos concretos</p>	<p>na organização e gestão dos Curso de FIP no ISCED_Huila</p>
----------------------------------	--	---	---	--

		directrizes internacionais.		
BLOCOD: Análise do Curso e seus pontos fortes e mais frágeis	<p>Caracterizar as percepções do entrevistado sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os princípios orientadores do actual curso - a estrutura do curso - seus pontos mais fortes e frágeis - sobre eventuais alterações introduzidas de outras edições do 	<p>Existe algum documento orientador do Curso actualmente em vigor? Por exemplo sobre os seus objetivos, perfil de saída desejado, componentes curriculares do plano do curso...</p> <p>Se Sim por favor</p> <ul style="list-style-type: none"> - indique quais são na generalidade essas orientações - essas orientações mudaram relativamente a edições do Curso? <p>Se sim quais forma as principais mudanças e porque considera que elas forma alteradas?</p> <p>Se Não</p> <ul style="list-style-type: none"> - considera que deveria existir? Porque? - como é que os estudantes são 	<p>O atual Curso de Ensino da Química está em vigor na Instituição, desde quando?</p> <p>Que outras edições houve anteriores do Curso?</p> <p>O atual Curso de Licenciatura em Ensino da química já foi avaliado internamente e/ou externamente?</p>	

		<p>previamente informados sobre o Curso (na altura da escolha do Curso a frequentar)?</p> <p>- considera que há conhecimento/ acordo entre os professores envolvidos no Curso sobre as suas finalidades, objetivos, ...</p> <p>...Estes aspectos costumam ser discutidos com os docentes? Se sim, dê-me exemplos de quando e como isso acontece</p> <p>- Quais considera ser os pontos mais fortes do Curso que chefia (por exemplo, se quisesse “convencer”/influenciar um estudante para nele se inscrever o que diria?)</p> <p>- Quais considera</p>		
--	--	---	--	--

		<p>ser os pontos mais frágeis do Curso que chefia? (por exemplo, se quisesse organizar uma reunião com os docentes o que daria sobre os mesmos).</p>		
	<p>Propor recomendações de melhoria</p> <ul style="list-style-type: none"> - para a FIP em geral e em particular no caso do curso em estudo - para as políticas/directrizes nacionais e internacionais e forma de estas se articularem com a organização e gestão do curso, tendo em vista a melhora da sua qualidade. 	<p>6) Tem um plano de melhorias para a FIP, em particular no caso em estudo?</p> <p>7) Que resultados já obteve da implementação do referido plano?</p> <p>8) À quanto tempo está a implementar o referido?</p> <p>9) Tem algum impacto? Qual?</p>	<p>2) Presente uma síntese deste plano?</p>	<p>Sugestões e eventuais recomendações para melhoria</p>

Guião da 2ª entrevista feita E2

Momento 1: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado

Explicar o âmbito e o propósito da entrevista identificando os objectivos do projecto e da entrevista âmbito: **Políticas Educativas para a Formação Inicial de Professores: Um estudo de caso do ISCED/Huíla-Angola**

Objetivo Geral: Analisar as políticas educativas de Formação Inicial de Professores (FIP) para o ensino secundário, nomeadamente em Angola e a forma como as políticas educativas nacionais influenciam as locais (provinciais, institucionais) e sugerir eventuais formas de melhorar .

Objetivos específicos da entrevista: Aprofundar a partir da opinião do entrevistado, o que sabe sobre a política educativa Nacional de FIP em Angola?

- Agradecer a disponibilidade e pedir para áudio-gravar, garantindo a possibilidade de validação da transcrição da entrevista e o anonimato.

Momento 2: Conhecimento sobre as políticas educativas nacionais e institucionais vigentes para a FIP na gestão e organização do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA

Objetivos: Caracterizar o conhecimento que o diretor de curso possui sobre:

- as políticas educativas nacionais vigentes para a FIP em Angola;
 - as políticas (directrizes gerais para a FIP no ISCED_Huíla)
 - a forma como essas políticas/directrizes se manifesta na organização e gestão do curso.
- A partir das seguintes questões:

- Um aspeto que seria importante aprofundar da nossa 1ª entrevista, que foi muito útil para o meu trabalho, é em que medida (i) no trabalho que desenvolve na direcção tem em conta normativos nacionais sobre FIP. Quais, concretamente, considera serem uteis para o trabalho que tem desenvolvido?
- No documento sobre o projeto pedagógico surgiu-me uma duvida... ele não estás datado... em que ano foi escrito? Quem participou na sua elaboração? Esse documento é importante para as suas atividades de direcção do curso? Se sim em

que medida? E que políticas e normativos sobre FIP considera que nele estão espelhados

- De que modo estas política influenciam a nível Institucional? E no curso que dirige?
- De que modo reinterpretam os formadores de professores a nível do Curso de Licenciatura em Ensino da Química?
- Criam-se espaços para discutir e reanalisa-las?
- Como os estudantes tomam conhecimento de tais políticas?
- Há algum normativo que defina as competências que os futuros professores devem desenvolver? se sim: este assunto é analisado por exemplo em alguma disciplina do curso...

Momento 3: Finalização da entrevista

- Agradecer a disponibilidade e reforçar novamente a possibilidade de validar as transcrições

Guião da entrevista de investigação E3

Tema de Investigação: Políticas Educativas na Formação Inicial de Professores em Angola (FIP): um estudo de caso do ISCED/Huíla-Angola

Objetivo Geral: Analisar as políticas educativas de Formação Inicial de Professores (FIP) para o ensino secundário, nomeadamente em Angola e a forma como as políticas educativas nacionais influenciam as locais (provinciais, institucionais) e sugerir eventuais formas de melhorar

Objetivos Específicos: Caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre cada bloco temático

Procedimento: Entrevista semi- estruturada em função dos blocos temáticos, questões e os tópicos principais

Blocos Temáticos(BT)	Objetivos do bloco	Questões	Questões de recurso	Tópicos BT
BLOCO A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	a) Esclarecer ao entrevistado os objetivos da entrevista; b) Garantir a confidencialidade c) Solicitar gravação áudio d) Solicitar validação da transcrição da entrevista e) Preencher o consentimento informado f) Agradecer a disponibilidade	- Autoriza a gravação desta entrevista? - Poderá validar a transcrição da entrevista posteriormente? - Deseja saber mais alguma coisa acerca deste trabalho?	Tem alguma pergunta mais a fazer?	Informação sobre o projeto e o que se pretende com a entrevista; Tipo de colaboração (anonimato, validação posterior da transcrição da entrevista, devolução dos resultados do estudo...)
BLOCO B: Caracterização do perfil do	Caracterizar o perfil do entrevistado quanto à (i)	10. O cargo que representa na ZIP, sendo de liderança, onde é	Quer acrescentar mais algum aspecto que	

entrevistado	<p>percurso profissional (ii) experiência profissional; (iii) tempo de exercício do cargo, (iv) os principais desafios do cargo ...motivações em exercer o cargo? (v) principais funções desempenhadas no cargo.</p>	<p>necessário tomar decisões importantes e estas decisões relacionam-se sempre com o percurso profissional/pessoal. Podia descrever um pouco o seu percurso profissional?. Há quanto tempo exerce o cargo? Qual é a sua experiência Profissional?</p> <p>11. Quais as principais funções desempenhadas no cargo? Encontra motivações em exercer o cargo?</p> <p>12. Antes disso e que fazia</p>	<p>considere relevante para a caracterização do seu perfil?</p>	
BLOCO C:	<p>Caracterizar as principais atividades que desenvolve na ligação com a FIP de Química no</p>	<p>Certamente que na sua área de atuação, como interactiva com a FIP de Química? Essa formação é</p>	<p>Quer acrescentar mais algum aspecto que considere relevante</p>	

<p>Área de atuação em ligação com a FIP de Química</p>	<p>ISCED.</p>	<p>oferecida pelo ISCED_Huila, certo?</p> <p>a) quais são essas actividades, que desenvolve na ligação com a FIP de Química no ISCED? e há quanto tempos as executa?</p> <p>b) Considera-se um mediador entre o poder políticos central (ministério...) e as instituições (escolas, instituições de formação de professores, ...).Por favor explique a sua posição quanto a este aspeto---..)?</p> <p>Por exemplo, tem reuniões de coordenação a</p>		
---	---------------	--	--	--

		<p>nível do País? Se sim em alguma delas se tem discutido a FIP? Se sim, em que medida (como?) as orientações que saem dessas reuniões influenciam as suas praticas?</p> <p>Por exemplo: quando interactiva com estudantes em FIP de Química, considera que as politicas nacionais sobre FIP estão de alguma forma presente? Se sim, quais e como?</p> <p>c) Na sua opinião a FIP em química ministrada pela instituição de formação está articulada com as políticas nacionais sobre FIP (Domingas - esta questão só faz sentido se</p>		
--	--	--	--	--

		o o entrevistado manifestar conhecimento sobre políticas pilíficas nacionais de FIP...)		
BLOCO D: FORMAS PARA MELHORIA DA FIP NO ISCED-HLA	<p>Propor recomendações de melhoria</p> <ul style="list-style-type: none"> - para a FIP em geral para os cursos do ISCED-HLA - para as políticas/directrizes nacionais e institucionais e forma de estas se articularem com a organização e gestão dos cursos de FIP, tendo em vista a melhoria da sua qualidade. 	<p>Em termos globais considera que a formação que está ser ministrada aos futuros professores de química correspondem ao que o País esperados professores em geral e de química em particular. Por favor desenvolva a sua ideia dando, se possível, evidências concretas.</p> <p>3) Daria alguma sugestão à instituição de FIP no sentido de a formação poder vir a ser melhorada...</p> <p>4) Presente uma</p>	<p>Por favor quer acrescentar algum aspeto eu não tenha sido focado na nossa entrevista...</p>	<p>Sugestões e eventuais recomendações para melhoria</p>

		síntese deste plano?		
BLOCO F: Finalização da entrevista	Agradecer a disponibilidade e reforçar novamente a possibilidade de validar as transcrições.			

ANEXO 3: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista feita ao E1 (validada)

Enquadramento

Aos 11 (Onze) dias do mês de Setembro de 2018, pelas onze horas, foi realizada uma entrevista semi-estruturada ao Vice Diretor Geral para a Área Académica do ISCED-HUÍLA. Esta entrevista teve lugar no Gabinete do entrevistado ISCED-HUÍLA ;

A finalidade da entrevista foi caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre as dimensões presentes no guião da entrevista em função das questões que nele constam. De referir que para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes procedimentos:

- (a) contacto com o entrevistado via telefónica para solicitação de colaboração e marcação da realização da entrevista;
- (b) O procedimento adoptado ao longo da entrevista foi o de procurar que a conversa, entre entrevistado e entrevistadora, decorresse num ambiente aberto e cordial .

A entrevista decorreu de forma informal, tendo-se alterado a ordem de algumas das questões previstas, sempre que considerado pertinente para a melhor compreensão do diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado.

Local da entrevista: Gabinete Diretor Geral Adjunto para a Área Académica do ISCED-HUÍLA
Data de realização: 2018/10/11
Hora de início: 11h
Hora de término: 11h:35min
Nome do entrevistado: E1
Legenda: E- entrevistadora; e -entrevistado

Transcrição da entrevista

Bloco A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado

E: Caro professor E1 o objetivo geral do projecto que se está a desenvolver centra-se em analisar as políticas educativas nacionais para a FIP em Angola no

desenvolvimento de práticas institucionais e sugerir formas de a melhorar; as razões que nos motivam a desenvolver esta temática prendem-se com o facto do ISCED_Huila ser a Instituição mais antiga de Angola na FP; a nossa trajetória enquanto estudante da Licenciatura em Educação/Química no ISCED_Huila (por exemplo, as dificuldades observadas ao longo da nossa formação na Instituição) e a nossa experiência de docência na disciplina de Química.

O objetivo específico desta entrevista consiste em caracterizar o vosso ponto de vista sobre cada bloco temático, definido no guião.

Garantimos confidencialidade, por este fato, permita que gravemos o áudio, porque posteriormente o senhor professor poderá validar a transcrição da referida entrevista.

e: ... Concordo e aceito que seja gravada.

BLOCO B_ Caracterização do perfil do entrevistado

E: Professor E1, neste bloco pretende-se caracterizar o perfil do professor Pinto pois tenho algumas referencias, mas gostava que fizesse uma breve referencia sobre o vosso perfil de forma geral. O cargo de E1, sendo um cargo de liderança, onde é necessário tomar decisões importantes e estas decisões relacionam-se sempre com o percurso profissional/pessoal. Podia descrever um pouco o seu percurso profissional? Qual é a sua experiência Profissional? Há quanto tempo exerce o cargo?

e: ...Ok... No geral, sou professor há já 26 anos, dos quais 23 são no ISCED e destes 9 são na área de gestão, associado a parte da docência, portanto sempre acumulei a parte administrativa com a docência e sempre vinculado à área académica, em termos de direção estou a nove anos em frente da Direção académica, mas desde 1998, até 2010, estive como Chefe de Departamento para os Assuntos Académicos, uma área muito mais administrativa duque a que estou agora, mas sempre vinculada ao funcionamento de todos os cursos.

E: Está bem professor E1, acredito que os nove anos de Direção já lhe dão uma experiencia, uma visão mais ampla sobre o funcionamento transversal de todos os cursos, neste sentido gostava também de saber da vossa parte quais os principais desafios do cargo?

e: Bem ... eu tento olhar no sentido de que o processo docente educativo seja o melhor possível, e... trabalhando mesmo com as diferentes áreas, primeiro, vejo as partes uniformizadas dos cursos, ou seja a harmonização entre os cursos, de

maneiras a torna-los o mais uniforme possível de formas a possibilitar que haja a mobilidade dos estudantes, de maneiras a que também os próprios docentes possam fazer um trabalho de interajuda entre eles, e depois naqueles casos específicos, darmos o apoio necessário para que em todas áreas haja um bom rendimento.

E: Esta bem...

e: penso que o maior desafio que nós temos na instituição é a política de avaliação, porque, todo o processo enterra quando entramos na parte da avaliação, porque, na minha opinião não temos feito uma avaliação que consiga a aferir sobre o que o aluno está a aprender e fundamentalmente promover a própria aprendizagem,

E: Acho que neste sentido, havia necessidades de no princípio do ciclo desenvolverem-se fóruns metodológicos de discussão sobre a avaliação formativa como uma estratégia de promover as aprendizagens...

e: Sim ... Já temos um trabalho feito, é muito pontual, começamos mas muitas as vezes as pessoas não dão continuidade e infelizmente esta é outra consequência por não haver uma avaliação contínua continuada ... temos criado grupos metodológicos, entre os professores de diferentes áreas de formação de cada curso, pois os nossos cursos estão divididos mais ou menos em quatro áreas, sendo que tem as áreas pedagógica específica, área de línguas e geral, onde abarcamos as Informáticas e a História de Angola. Então temos trabalhado por estes núcleos em que eles vão discutindo como os cursos devem funcionar e de acordo com o objectivo de cada curso, mas é um trabalho que temos que sempre estar a pressionar porque , não temos uma avaliação sistemática aos diferentes professores, e então não tem dado o resultado que queremos... Nos momentos que há estes encontros há pequenas melhorias mas depois voltamos a tocar nos mesmos assuntos, portanto este é um trabalho que deve ser visto de formas mais séria de acordo com a política da própria instituição para que a aprendizagem tenha um outro resultado.

E: É... deu para perceber que os principais constrangimentos têm haver com o sistema de avaliação, Tem alguma ideia a sugerir de maneiras a que em conselhos metodológicos estes constrangimentos possam ser ultrapassados?

e: Penso que um dos maiores constrangimentos na Instituição é o envelhecimento dos docentes, e por isso é necessário que se faça algum refrescamento dos próprios docentes pois já são muitos anos em serviço sem uma superação e isso leva a que eles entrem numa fase de letargia própria do processo... então... é algo que a nível de secções já fizemos propostas de maneiras a que haja alguma reacção já que em termos financeiros, para prestarmos o apoio necessário a estes professores de forma

a que possamos fazer com que os professores a cada ano se sintam revigorados, e entrar no processo mais motivado... e principalmente da parte de material de apoio, na área de laboratório, que neste momento não existem em quase todas as áreas.

E: Este é um problema conjuntural... Mas não temos apenas constrangimentos também são observados pontos fortes de referência, pois o ISCED-Huíla já tem seu prestígio pois já formou muitos professores que são uma mais valia para a região e não só. Que pontos fortes considera na gestão académica do ISCED-Huíla?

e: ... acho que o principal ponto é mesmo a capacidade de regeneração do próprio ISCED, em termos de Docentes para a própria casa, ... O ISCED, até sete anos atrás. Tinha 65% de docentes Licenciados, neste momento, o número de Licenciados é de 15%, estamos com 60% docentes Mestres e 30% Doutores, este grosso quase todo formado na própria casa, tirando os Doutoramentos, a parte de mestres quase toda formou-se na própria casa, este é um ponto muito forte, pois são pessoas que já viveram experiências em casa e buscam outras experiências para enriquecer, outro ponto forte é a integração do ISCED com outras Universidades, o que tem permitido muitas trocas de experiências em que Universidades do País e estrangeiras, têm estado a colaborar trazendo as suas experiências para cá. Desta forma cooperamos com Universidades brasileiras, portuguesas, alemães e cubanas, além das angolanas, isto tem trazido outros contributos principalmente para aqueles docentes que ainda não se encontram em fase letárgica receberem novos aprendizados, e aos poucos notamos algumas mudanças no próprio processo, saído de uma pedagogia mais directiva para a pedagogia mais criativa.

E: Deu para perceber que encontra-se motivado para continuar no cargo?

e: Encontro... em termos profissionais sim mas em termos pessoais nem tanto...

E: Que principais funções que desempenha no cargo?

e: A nível da estrutura do ISCED, pelo estatuto, toda a área de concepção é feita pela área científica e a parte académica, é a parte de gestão. Pois não gerimos só o pessoal docente mas o processo no seu todo, desde a gestão do currículo, as mudanças que eventualmente possam acontecer, é feito por nós, daí eu ter dito que gerimos aspetos de avaliação, do próprio processo de ensino e aprendizagem em si, a realização de eventos em cooperação com a área científica e também alguns aspectos de extensão, pois os nossos docentes participam em trabalhos de extensão com os professores dos magistérios, estes também são acompanhados por nós.

E: Professor E1 terminamos mais um bloco, permita que avancemos para o C que está relacionado com o conhecimento sobre as políticas educativas nacionais e

institucionais vigentes para a FIP em Angola e seu impacto na gestão e organização académica do ISCED-Huíla, neste sentido diria que com certeza a organização e gestão académica, está assente em políticas/diretrizes nacionais e institucionais para a FIP, quais são essas políticas/diretrizes no caso do País? Localmente e Institucionais no caso do ISCED_Huíla?

e: Bem... para todo o processo, começamos pela lei de bases do sistema educativo, que era então a Lei 13 e agora substituída pela 16/17, depois temos o Plano Nacional de Quadros, que também tem orientações específicas do processo de ensino-aprendizagem, onde a nível do ISCED, este plano já limita o número de acesso, onde reduz vagas para os cursos de Psicologia e Pedagogia e abre maior número de vagas para as áreas de ciências puras Biologia, Química, Física e Matemática e Geografia, neste caso, nem sempre a capacidade de resposta do mercado de trabalho nem sempre vem a coincidir com este plano, e temos alguns documentos relacionados ao programa 2025 que nos dá também alguma orientação de como integrar na nossa formação e fundamentalmente a oferta formativa que fizemos a nível da província e não só... a nossa instituição foi redimensionada com base em documentação de conselho de Ministros, pois passou a ser uma Instituição autónoma, isso nos leva a termos um foco mais Provincial do que nacional, de tal forma que o que o Governo provincial define, influencia na Formação de professores a nível da Província e não só nós também, temos estado a acompanhar neste âmbito, de tal forma que com o Governo provincial, definimos a extensão, em ampliarmos as salas para fazer retenção de professores do ensino primário e secundário para evitar a sua mobilidade dos municípios para a capital da província, em geral são estas embora existam outras que de momento não me lembro...

E: Ok... De que formas e quando articulam-se as políticas/diretrizes nacionais e institucionais nas práticas institucionais de gestão académica? Os docentes e discentes têm oportunidade de serem informados?

e: ... É comum na nossa instituição, ao abrir o ano lectivo organizar uma série de actividades e que a gente chama de “jornada do verdinho”, em que se integram um conjunto de actividades para os que ingressam pela primeira vez na nossa instituição mais aproveita-se para neste período fazermos actividades com os estudantes mais antigos, de maneiras a divulgarmos a política da Instituição para os novos e ao mesmo tempo aproveita-se para divulgar as orientações da lei do sistema educativo para os ISCEDs, mas também, todos os anos a instituição organiza eventos de carácter didáctico-científico, onde abordamos questões políticas, geralmente

dividimos estes encontros em duas partes, os cursos pré-invento onde fazem-se as discussões sobre estes documentos, em encontros metodológicos e depois temos sessões internas de actividades científicas ou investigativas onde se analisa o que está previsto, Isto é obrigatório que se faça todos os anos a nível departamental ou a nível da organização da Instituição.

E: Considera que o ISCED, apesar de ser considerada agora unidade orgânica autónoma, os vossos Cursos têm alguma transversalidade com os das outras instituições congéneres?

e: Sim... pois temos estado a tentar responder as necessidades dos professores formados a nível médio para que não fiquem muito tempo paralisados, temos um documento que reflecte acordo e convénio com a Direção Provincial da Educação que permite esta Escola de Formação de Professores.

E: Obrigada, poderemos passar para o bloco seguinte que aborda a organização e gestão académica, análise da estratégia de gestão académica dos cursos (pontos fortes e dificuldades) e os resultados relativamente à obtenção da FIP. É.... Gostava de saber se são promovidos espaços para se pensar e definir as directrizes norteadoras do processo formativo do ISCED-HLA? Quais são estas directrizes norteadoras do processo formativo?

e: Nos últimos tempos temos estado a discutir mais as formas de organização do processo ensino e aprendizagem...temos estado a sentir muito uma espécie de rotina no processo, porque todos os anos fazemos a mesma coisa e isso dá pouca capacidade de crítica e criatividade em relação aos formandos, então, discutimos a muito as formas de como mudar a gestão do próprio processo, e a partir dos programas das disciplinas, os núcleos que nós criamos de discussão metodológica, olham para a configuração dos programas, bem como os objectivos e formas de alcance dos mesmos, e temos sentido a necessidade de olhar para a prática pedagógica como tal... de formas que o que se tem feito em sala de aulas seja diferente do que até aqui tem sido feito... Outro foco como disse no princípio é a avaliação, e um terceiro foco é a parte da supervisão, em termos de supervisão dos formandos e dos formadores... de tal modo que se direcione ajudas nos momentos que as pessoas necessitem, para melhorar o processo e para conseguirmos introduzir mecanismos de avaliação que consigam promover a capacidade dos docentes em se superar como a capacidade dos estudantes em aprender. São basicamente estes três focos, porque achamos que se cada um empenhar-se como tal na tarefa que lhe for acometida, melhor é a própria gestão da instituição no geral fica mais facilitada.

E: ... O PDI em vigência... mostra modificações em relação aos das edições passadas?

e: Ligeiras... Exactamente mais voltada para este foco que eu disse há pouco tempo, porque o primeiro PDI, foi mais de projecção da Instituição, e como nunca se tinha trabalhado com base num documento de planificação institucional, Sendo este primeiro tinha uma visão muito futurista em muito longo prazo, embora estivesse delimitado com cinco anos... mas estava projectado com uma visão um pouco mais para alem. Neste PDI estamos a concretizar mais as acções que estavam como projecto, e neste momento estamos a trabalhar no sentido de se colocarem horizontes mais curtos e implementação de tarefas que estavam para períodos mais longos... de tal formas que este plano em implementação já projecta a introdução de novas áreas de formação, reconfigurando as que tínhamos porque já não têm capacidade de procura....

E: Então são estas as generalizações que existiam nas edições passadas do PDI mas que estão a ser actualmente redimensionadas...

e: ... sim alem da própria política institucional de formação de quadros, pois contestava-se que os nossos funcionários administrativos estavam a ser formados para professores e devem ser formados na parte de gestão onde trabalham.

E: Dá para perceber que este um dos maiores pontos fortes... Neste caso o PDI também apresenta pontos fracos pois ao longo deste curto espaço de vigência até aqui já alguma coisa a conferir que deverá ser recontextualizado?

e: .. Sim vamos notando que para conseguirmos passar do projectado as práticas está condicionada pela motivação e presença do pessoal para trabalhar, como referi, estamos a passar por um processo de formação do pessoal docente e ficamos com período muito longos com docentes, não presentes porque estão em formação fundamentalmente de doutoramento, o que tem criado alguns constrangimentos na própria implementação, o que leva-nos a discutir repetidas vezes as mesmas questões... é a principal dificuldade alem de constrangimentos financeiros.

E: Apesar do PDI estar em vigência num período ainda muito miúdo.. curto, observa-se que o perfil de saída dos formados realmente justifica o que foi sendo facilitado ao longo da formação inicial?

e: Em parte sim, mas parte a terminal dos cursos, por exemplo, o curso de Química, vemos que há alguma dispersão que não se justifica, mas precisamos de um outro trabalho já projectado no PDI, que ainda não começamos a implementar, que é avaliação do nosso pessoal no mercado de trabalho, para observarmos se há correspondência entre a formação e sua actividade profissional, para vermos qual é o impacto da nossa formação... pois já há um trabalho preliminar sobre isso... mas temos muitas vezes partilhado com a Direção Provincial da Educação, a forma como os quadros formados na Instituição são enquadrados... O que nos levanta dúvidas de que se é o mercado de trabalho que não está bem ou se é a nossa formação que não está totalmente enquadrada para estes desafios.

E: Afirmou atrás o professor que existe uma política local e o ISCED (a extensão), neste caso não acha que é momento de repensar as estratégias a adoptar a nível do Governo da província em reter os quadros formados inicial cá e serem colocados nas suas áreas de trabalho de acordo com as suas especialidades?

e: pois, é sim, e como disse atrás é um trabalho já iniciado, e ca no ISCED temos um centro de investigação e desenvolvimento de Educação, que fez o mapeamento escolar para saber da localização das escolas da província e identificamos alguns constrangimentos, um deles é a existência de escolas sem alunos e nos locais com muitos alunos temos poucas salas de aulas, e o Governo da Província está informado, porque isso dificulta o trabalho do Ministério da Educação na colocação de estudantes professores em formação.... E ao mesmo tempo temos buscado vias de que as pessoas sejam colocadas de acordo as suas áreas de formação e facilitar o acompanhamento... um das ideias também projectada é a implementação do estágio pedagógico, de tal modo que o estudante ao terminar a prática pedagógica sendo um disciplina do currículo, ele tenha seis meses de estágio mas para tal seria colocar os alunos na escolas e com os professores tutores da escolas, facilitaria o acompanhamento do individuo, portanto, se eu colocasse um individuo formado em Química e fosse acompanhado por alguém formado em Psicologia o seu acompanhamento não seria o desejado...Para facilitar a integração do formando do ISCED com a sua área de trabalho

E: Constato que é um problema conjuntural... Termino mais um bloco e vamos para o último que é sobre a proposta de formas para melhoria da FIP no ISCED-HLA. Os cursos de FIP no ISCED-HLA já alguma vez foram avaliados? Tem um plano de melhorias para a FIP, em particular no caso em estudo?

e: como disse atrás não foram avaliados ainda e temos em carteira e como medida de melhorias é o que aponto há pouco tempo... foram avaliados os Mestrados mas a nível da FIP não.

E: ... O professor pode dizer se após a apresentação dos resultados da avaliação da FIP haverá uma mudança na forma como se olha actualmente o formado pelo ISCED?

e: Com certeza... Com certeza porque as pessoas olham para os professores actualmente a partir de motivações pessoais e de comentários não documentados... e quando se fizer a avaliação teremos os pontos fortes e fracos, mesmo que se aferir mais pontos fracos do que fortes, pelo menos observar-se-á que fez-se uma avaliação e as coisas mudarão criando-se motivações tanto para quem está dentro como os de fora, porque quando nós próprios temos a capacidade de reconhecer as nossas falhas, desenvolvemos facilidades de implementar melhorias e eu tenho uma crença muito forte no processo de avaliação, não no sentido de classificação mas em termos de implementar melhorias no processo, e acredito que este é um ponto chave de trabalho, com base na avaliação institucional assim como das aprendizagens.

E: Agradeço imenso, mas gostava de pedir que fizesse algum reparo ou crítica ao estudo que se leva a cabo...

e: Críticas como tal não tenho, tenho que elogiar pelo tipo de investigação, pois que é sabido que a nível do Ensino Superior gostamos de investigar os outros e não nos auto investigamos, e quando olhamos para nós próprios é muito importante, tentarmos atacar as nossas dificuldades, e reconhecer que temos bons resultados mas precisamos de melhorar ainda mais, e acredito que sendo dos primeiros estudos, nesta vertente está no bom caminho e penso que nós teremos que partilhar mais vezes para podermos observar os resultados deste estudo.

E:... Agradeço a boa vontade do senhor, abertura que mostrou e a acessibilidade ao pedido ora solicitado, na perspectiva de voltar para quando acharmos importante, dizer que a quando da solicitação da realização destas buscas, nos propusemos em divulgar sim os resultados da pesquisa sempre que nos forem abertos espaços na instituição e não só...Na certeza de que poderemos enviar em a tempo oportuno a transcrição para que seja validade. Obrigada.

e: .. Ok...

Lubango, 12 de Outubro de 2018

Transcrição da entrevista feita ao E2

Enquadramento

Aos 14 (catorze) dias do mês de Abril de 2018, pelas onze horas, foi realizada uma entrevista semi-estruturada ao Chefe de Secção do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA. Esta entrevista teve lugar na Repartição do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA do Departamento de Ciências Exactas;

A finalidade da entrevista foi caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre as dimensões presentes no guião da entrevista em função dos seus cinco blocos (A a E). De referir que para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes procedimentos:

- (a) solicitação de autorização para colaboração do estudo de investigação ao Senhor Diretor do ISCED_Huíla
- (b) contacto com o entrevistado via telefónica para solicitação de colaboração e marcação da realização da entrevista;
- (c) O procedimento adoptado ao longo da entrevista foi o de procurar que a conversa, entre entrevistado e entrevistadora, decorresse num ambiente aberto e cordial .

A entrevista decorreu de forma informal, tendo-se alterado a ordem de algumas das questões previstas, sempre que considerado pertinente para a melhor compreensão do diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado.

Local da entrevista: Repartição do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA, do Departamento de Ciências Exactas

Data de realização: 2018/04/14

Hora de início: 11h

Hora de término: 11h e 40m

Nome do entrevistado: E2

Legenda: E- entrevistadora; e -entrevistado

Transcrição integral da entrevista

BLOCO A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado,

E: Caro professor E2, o objetivo geral do projecto que se está a desenvolver centra-se em analisar o impacto das políticas educativas nacionais na FIP em Angola no desenvolvimento de práticas institucionais e sugerir eventuais formas de o melhorar, no ISCED-HUÍLA; as razões que nos motivam a desenvolver esta temática prendem-se com o facto do ISCED_Huíla ser a Instituição mais antiga de Angola na FP; a nossa trajetória enquanto estudante da Licenciatura em Educação/Química no ISCED_Huíla (por exemplo, as dificuldades observadas ao longo da nossa formação na Instituição) e a nossa experiência de docência na disciplina de Química.

Garantimos confidencialidade, por este fato, permita que gravemos o áudio, porque posteriormente o senhor professor poderá validar a transcrição da referida entrevista.

e: ... Concordo e aceito preencher o consentimento informado.

BLOCO B: Caracterização do perfil do entrevistado

E: Qual é o seu nível académico?

e: Sou Mestre em Geociências.

E: Qual é a sua experiência profissional?

e: No ISCED há 7 anos ... adicionando a do ensino geral, são 27 anos

E: Há quanto tempo exerce o cargo de Chefe de Secção do Curso de Ensino da Química?

e: Desde 2015, perfazendo 4 anos.

E: Encontra motivações em exercer o cargo?

e: ... Motivações como tal não ... porque a motivação passa pela remuneração, pois que tem que se trabalhar muito para por o “barco a andar”... porque a nível da Instituição, os cargos de Chefe de Secção do Curso de Ensino da Química não é remunerado, o que provoca uma certa desmotivação.

E: Aglutinamos a esta questão, quais as principais funções desempenhadas no cargo de Chefe de Secção do Curso de Ensino da Química?

e: As principais funções estão relacionadas com a gestão de recursos humanos, gestão e controlo académico...principalmente.

E: Algum assunto a acrescentar?

e: Não... por enquanto nada a acrescentar.

Bloco C: Conhecimento sobre as políticas educativas nacionais e institucionais vigentes para a Formação Inicial de Professores (FIP) em Angola e seu impacto na gestão e organização do Curso:

E: Tem conhecimento sobre as políticas/diretrizes nacionais e institucionais para a FIP?

e: Sim tenho conhecimento... embora no ISCED_Huíla, e em particular no curso que chefió, não se faça sentir o impacto da implementação das referidas ... porque a instituição depende muito das decisões a nível do Ministério.

E: Quais são essas políticas/directrizes no caso do País? E quais são essas políticas/directrizes no caso do ISCED_Huíla?

e: ... as políticas educativas que conheço em geral são de orientação para assegurar o bom funcionamento e gestão do curso.

E: Considera que essas políticas (e por favor especifique quais) são importantes para a organização e gestão do curso?

e: Sim... mas as políticas nacionais assentam-se mais na orientação embora deviam ser descentralizadas porque supondo que enquanto chefe de curso, se tivesse uma política de organização e gestão própria, teria a possibilidade de organizar melhor o trabalho dos professores até aos dos alunos, no entanto, estamos sujeitos a obedecer ao que já vem sendo criado... não se pode criar ... criar nenhuma política... as políticas são rígidas e estáticas.

E: - Que estratégia política educativa é implementada na organização e gestão do curso?

e: ... na verdade, as estratégias que a Instituição desenvolve são aquelas viradas apenas para o formando, de principio embora são formados no curso de Química tem uma abrangência pois que para além da formação para a profissão docente, o formado em Química também poderá responder a outras exigências sociais, no caso da “Fábrica Negola...” e não só, que a título de exemplo é o caso de quatro formandos solicitados para

funcionários na “Fábrica das águas” e actualmente encontram-se lá ...o que significa que além de formar professores também contempla a parte social.

E: além desta política que apontou ainda existem outras?

e: Não ... neste momento não...

E: Considera que os docentes envolvidos no Curso têm conhecimento dessas políticas/direcções, e se sim como é que as obtêm? Há momentos para as discutir?

e: ... Não...

E: Considera que os objetivos, perfil de saída desejado e estrutura dos Cursos de FIP do ISCED_Huíla têm algumas características comuns... se sim, quais e de onde vêm?

e: O perfil de saída do formado, como dito atrás, é aquele que possa responder às exigências sociais do País, isto é que tenha a capacidade de cumprir com a sua profissão docente no ensino secundário, embora também haja outras particularidades... em que se se constatar um congestionamento destes formados, devendo-se criar outras políticas de enquadramento do pessoal formado...considero o perfil de saída como completo.

E: Como comprovar em função do que afirmou que o perfil de saída do estudante é completo?

e: ...Todos os que terminam o curso, encontram enquadramento no mercado ... o que nos leva a deduzir de que o nosso produto é consumido, ou seja não ficam desempregados ... nos leva a concluir que as políticas desenvolvidas até agora satisfazem os objetivos do próprio Ministério.

E: ...que opinião tem à luz dos discursos políticos normativos sobre a forma como se concebe e implementa a FIP no ISCED_Huíla?

e: ... em minha opinião essa formação apontada nos Decretos concebidos, deveriam de forma geral priorizar mais cada secção dos departamentos, dando liberdade... democracia... para que cada secção pudesse desenvolver projetos por si só... acho que, poderia ajudar muito, porque o que se vê, é que todas as secções devem e obedecem àquilo que vem regulamentado, não podem sugerir ...fica-se limitado naquilo que está regulamentado e fica um bocado difícil... pois que se se tivesse uma abertura seria melhor o desenvolvimento destas políticas.

E: Além de Chefe de Secção também é docente? Com certeza implementa alguma estratégia para desenvolver essas políticas de formação... Qual é a sua experiência para que na sua atividade docente cumpra com a implementação dessas políticas educativas?

e: ... todo o professor para superar as dificuldades constatadas ao longo da sua atividade docente deve implementar estratégias para criar ... por exemplo em sala enquanto docente devo desenvolver alguma estratégia para que o aluno aprenda baseando-se nas políticas orientadas superiormente dando alguma liberdade aos alunos.

BLOCO D: Análise do Curso e seus pontos fortes e mais frágeis

E: Existe algum documento orientador do Curso atualmente em vigor? Por exemplo, sobre os seus objetivos, perfil de saída desejado, componentes curriculares do plano do curso... considera que deveria existir? Porque?

e: ...Não existe.... a culpa é da hierarquia que por falta de uma boa definição de políticas organizacionais ...ainda se constata uma limitação na tomada de decisões por parte do próprio chefe de repartição, a falta deste instrumento coloca dificuldades ao desenvolvimento das atividades inerentes ao curso.

E: Como é que os estudantes são previamente informados sobre o Curso (na altura da escolha do Curso a frequentar)?

e: ...A única coisa que os estudantes têm como base de orientação é o currículo porque muitos quando saem do ensino geral têm uma certa informação sobre o curso de química e como no início publica-se o currículo do curso, eles obtêm informações do curso, por um lado, Por outro, considera-se que em Angola ainda há uma dificuldade de escolha dos cursos a ingressar, isto é os alunos vão frequentar os cursos de forma alternativa.

E: Considera que há conhecimento/acordo entre os professores envolvidos no Curso sobre as suas finalidades, objetivos, ... Estes aspectos costumam ser discutidos com os docentes?

e: ... em princípio ... não discussão como tal, porque os professores têm uma informação geral do que o Ministério pretende para cada curso, justificada pela falta de documentos normativos que fosse do conhecimento de todos os professores ... isso facilitaria o processo de discussão e cada um justificava o que se propunha a mudar.

E: Desde quando está em vigor esta edição do curso de Licenciatura em Ensino da Química?

e: Está em vigor desde 2009.

E: Que outra edição houve antes da atual?

e: É a de opção porque no princípio o ISCED só tinha um curso que era de Educação, então este curso é que era dividido em opções, e Química era uma destas.

E: O atual Curso de Licenciatura em Ensino da Química já foi avaliado internamente e/ou externamente?

e: ... Ainda Não...

E: Quais considera ser os pontos mais fortes do Curso que chefia (por exemplo, se quisesse “convencer”/influenciar um estudante para nele se inscrever o que diria?)

e: Pontos fortes são: consideraria uma alternativa para aconselhar os alunos a aderirem ao curso seria de convence-los que este é um curso que socialmente pode ser aplicado porque, na região existem algumas fábricas, então... convencer de que no final do curso poderá ter várias saídas profissionais pois que o curso aplica-se na prática, como é o caso de estudantes formados em Química e que após o curso desenvolveram outras competências na área da medicina ...logo constata-se que o curso tem vários pontos fortes.

E: Quais considera ser os pontos mais frágeis do Curso que chefia?

e: Estão relacionados com a dificuldade em articular ao longo da formação as outras áreas de Ciências Exactas e outra. Um dos pontos fracos é a abstracção, pois eu olho para a forma como muitos professores de Química ensinam ... é como uma disciplina abstrata porque há muita coisa que para ser transladada para a componente prática fica difícil.

BLOCO E: Sobre a proposta de recomendações de melhorias

E: Tem um plano de melhorias para a FIP, em particular no caso em estudo?

e: ... Um plano de melhoria como tal não ...apesar de que tudo na vida carece de melhorias...fala-se de algumas competências que o formando deve adquirir então é necessário que se melhore tendo em conta o momento, porque as exigências são maiores, logo tem de se melhorar as competências técnico-científicas de modo a garantir um bom desempenho profissional.

E: Alguma sugestão de melhoria no seu ponto de vista pessoal, já que afirma que competências técnico-científicas devem ser melhoradas.?

e: ... se houvesse um plano de melhoria com bases orientadoras seria importante, pois a ideia é completar algumas lacunas que o processo no seu todo apresenta, no sentido de fortalecer o próprio curso, sem esquecer que as exigências aumentam, logo a qualidade de formação também devia aumentar.

E: Algum assunto a acrescentar?

e: Não...

E: Agradeço a boa vontade do senhor, abertura que mostrou e a acessibilidade ao pedido ora solicitado, na perspetiva de voltar para quando acharmos importante.

e: Podem voltar... que estaremos sempre dispostos a receber-vos.

Aveiro, 14 de Maio de 2018

Transcrição da 2ª entrevista feita ao E2 (validação)

Enquadramento

Aos 29 (Vinte e nove) dias do mês de Setembro de 2018, pelas nove horas, foi realizada uma 2ª entrevista semi-estruturada de aperfeiçoamento ao Chefe de Secção do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA. Esta entrevista teve lugar na Repartição do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA do Departamento de Ciências Exactas;

A finalidade da entrevista foi caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre as dimensões presentes no guião da entrevista em função das questões que nele constam. De referir que para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes procedimentos:

- (b) contacto com o entrevistado via telefónica para solicitação de colaboração e marcação da realização da entrevista;
- (c) O procedimento adoptado ao longo da entrevista foi o de procurar que a conversa, entre entrevistado e entrevistadora, decorresse num ambiente aberto e cordial .

A entrevista decorreu de forma informal, tendo-se alterado a ordem de algumas das questões previstas, sempre que considerado pertinente para a melhor compreensão do diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado.

Local da entrevista: Repartição do Curso de Ensino da Química do ISCED-HUÍLA, do Departamento de Ciências Exactas

Data de realização: 2018/09/29

Hora de início: 9h

Hora de término: 10h:15min

Nome do entrevistado: E2

Legenda: E- entrevistadora; e -entrevistado

Transcrição integral da entrevista

Momento 1: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado

E: Caro professor E2, o objetivo geral do projecto que se está a desenvolver como referimos na entrevista anterior, centra-se em analisar as políticas educativas nacionais para a FIP em Angola no desenvolvimento de práticas institucionais e sugerir formas de a melhorar; as razões que nos motivam a desenvolver esta temática prendem-se com o facto do ISCED_Huila ser a Instituição mais antiga de Angola na FP; a nossa trajetória enquanto estudante da Licenciatura em Educação/Química no ISCED_Huila (por exemplo, as dificuldades observadas ao longo da nossa formação na Instituição) e a nossa experiência de docência na disciplina de Química.

O objetivo específico desta entrevista cinge-se em aprofundar a partir da vossa opinião sobre a política educativa Nacional de FIP em Angola.

Garantimos confidencialidade, por este fato, permita que gravemos o áudio, porque posteriormente o senhor professor poderá validar a transcrição da referida entrevista.

e: ... Concordo e aceito preencher o consentimento informado.

Momento 2: Conhecimento sobre as políticas educativas nacionais e institucionais vigentes para a FIP na gestão e organização do Curso de Ensino da Química do ISCED_Huila.

E: Caro professor E2, um aspeto que é importante aprofundar da nossa 1ª entrevista, que foi muito útil para o nosso trabalho, é em que medida (i) no trabalho que desenvolve na direcção tem em conta normativos nacionais sobre FIP. Quais, concretamente, considera serem uteis para o trabalho que tem desenvolvido? Pois que há já algum tempo esta no cargo.

e: ... Ok ...do trabalho que desenvolvemos na direcção do curso de Ensino da Química, é que de princípio nós nos apegamos em diretrizes do Ministério do Ensino Superior, pois que é este órgão que orienta e dá as bases para o desenvolvimento deste trabalho, por isso nós basicamente nos cingimos nas orientações do Ministério do Ensino Superior ...através de ... prontos ... de várias diretrizes ... e através do estatuto do próprio curso, podemos desenvolver as atividades aqui... aqui no ISCED.

E: O professor podia precisar estas diretrizes/normativos de destaque e que considera ser úteis para o trabalho que desenvolve concretamente no curso? quais são?

e: ... É... em princípio é que as diretrizes do Ministério do Ensino Superior elas mudam, pois o Ministério do Ensino Superior passou por várias fases, antes da independência e depois da independência o Ministério orienta-se mais pela Lei de base ... que nós também nos baseamos, lei esta que o Ministério também se apoia ...

E: E a nível institucional e precisamente do curso que dirige, com certeza articulam as políticas previstas na Lei de bases, como e por via de que documento?

e: Sim ... aqui no ISCED....nós temos o PDI, onde vêm as orientações também algumas orientações para ...o desenvolvimento da formação aqui e é através deste PDI que nós adaptamos alguns... como posso dizer...em termos curriculares adaptamos algumas orientações do PDI... é assim que funciona o curso.

E: No caso do curso de ensino da Química, pode ser mais preciso... qual é o normativo sobre a FIP para o referido?

e: É... no caso do curso de ensino da Química, o normativo em geral é o projeto pedagógico do curso PPC

E: Professor já está no cargo a algum tempo, mas do o uma dúvida que surgiu-me no documento sobre o projeto pedagógico do curso é que ele não está datado, ou seja qual é o período da sua vigência, em que data foi elaborado o PPC do curso, para melhor orientar a nossa investigação?

e: É... este PPC foi desenvolvido, acho que num período de 3 anos, porque eu acho que... quando eu sou colocado a trabalhar no curso de Química em 2015 encontro o projeto já estava em desenvolvimento... não tenho assim uma ideia boa mas acho que vou ver o período, porque na altura quem estava a desenvolver o projeto era o Doutor Matondo e vou conversar com ele pois não tive esta cautela.

para é que estava envolvido na organização de algo ... uma atividade que já não me lembro aqui a nível da Instituição, mas no projeto do curso era ele que estava em frente... além dele, estava o Doutor Domingos Ndala... e mais um porque eram três na altura... mas vamos nos informar melhor e a quando da validação da entrevista daremos dados que ofereçam fiabilidade para a investigação

E: Pois que nós precisamos deste dado para melhor clarificar a nossa investigação.

e: Acho que vamos mesmo complementar para não avançarmos com dados que não tenham fiabilidade, vamos por intermédio do Doutor Matondo tentar aprofundar.

E: Agradeço, pois havemos de fazer a transcrição da entrevista e a quando da validação, por favor poderá acrescentar este dado que é muito importante para este estudo.

E: Gostávamos de saber junto do professor quem mais participou na sua elaboração PPC do curso de Química, além dele,?

e: da Elaboração do PPC do curso de Química, o Doutor Matondo Tumalela como coordenador ... pois também a nível do ISCED, estava a coordenar qualquer coisa que já não me lembro... mas para o nosso curso, ele estava a coordenar o projeto do curso com o Doutor Domingos Ndala.. que acho que eram três ... com mais outra pessoa que já não me lembro que... pois que eu entro em 2016, eu fiz uma parte mas eu já encontrei uma parte em desenvolvimento ... maior parte do projeto.

E... o referido PPC é o documento muito importante para o desenvolvimento do curso com certeza, pode dizer em que medida é útil?

e: Para nós este documento é sim importante porque é com este que nos podemos orientar, pois nos serve de base para orientação do curso.

E: O professor pode precisar em que medida este é importante, que características estão nele que servem de base de orientação?

e: Precisamente ... são os dois perfis, o de entrada e o de saída... o de entrada permite prever quais são os estudantes que devem ingressar nos cursos do ISCED... porque não são todos os alunos que podem frequentar o curso de Química.

E: Percebemos exactamente mas gostávamos que precisa-se que dimensões encontramos nestes perfis do PPC?

e: ... Para o perfil de saída ... o objectivo do perfil de saída é formar um professor... ou seja ter um formando que consiga dar respostas aquilo que são as políticas educacionais... afinal quais são estas políticas? As políticas do governo, é que o ISCED forme professores ...aqueles que consigam responder na área onde eles forem chamados e para os professores de química aqueles que consigam leccionar a cadeira de química no ensino geral principalmente no segundo ciclo, este é um dos objetivos do perfil de saída do PPC

E: com certeza estas políticas estão previstas na lei de bases e sofreram alguma reinterpretação no PPC, o professor pode precisar com foram reinterpretadas estas políticas a partir da Lei de Bases? Pode dizer de que modos estas políticas influenciam o funcionamento do curso?

e: O que influencia no curso de Química e que está na lei de bases é mesmo a formação de um homem capaz de responder cabalmente as exigências do país ... no curso pois estamos a falar de formados em Química. O ISCED tem a missão de formar professores para leccionar Química é aí onde revemos a aplicabilidade da lei de bases para a formação integral do homem.

E: De que modo reinterpretam os formadores de professores a nível do Curso de Ensino da Química? Criam-se espaços para discutir e reanalisa-las?

e: De fato sim... anualmente temos tido alguns encontros... possivelmente dois encontros a nível de secção para o refrescamento sobre aquilo que é o objetivo principal do curso de Química, nem sempre tem sido o ponto único é agregado a outros pontos destes encontros, pelo menos anualmente temos realizado dois encontros.

E: E os professores manifestam ideias de reinterpretar e recontextualizar para o ensino no ISCED o que está previsto na lei de bases?

e: Em principio nem sempre... pois há sempre divergências...lembro-me que tivemos um encontro no mês de Agosto, e discutiu-se um pouco sobre esta particularidade, e ficou claro que muitos professores já não se revêem nestas políticas, porque eles acham que... não tenho aqui a ata da reunião mais num dos pontos, os professores insidiam muito na situação de rever, rever porque, hoje a formação é mais na base daquilo que se consome e muitos professores acreditam que o ISCED formar só professores podia haver problemas com o enquadramento social, porque o nosso produto aqui, isto é o formado em química tão logo termine deveria encontrar espaço de enquadramento e o que acontece em concursos públicos da educação como por exemplo este último, é que muitos já licenciados não conseguiram vaga e principalmente do curso de Química, é a partir daí que surgiram algumas dúvidas em relação ao que se está a fazer aqui no ISCED e os professores acham que haja necessidade de rever as políticas se não mesmo as do perfil de saída para que o aluno aqui formado não seja apenas professores para o primeiro e segundo ciclos, então que fosse integrado também noutras áreas e a reunião terminou sem um ponto de partida para podermos reorientar o curso.

~E: E a esta situação considera um ponto forte ou fraco?

e: É um ponto fraco..

E: E os professores apontam possíveis áreas de integração, se está previsto na lei de base o objetivo é formar professores para o primeiro e segundo ciclos, a luz disso eles apontam possíveis áreas?

e: ... A ideia é alargar a componente um pouco experimental, mas não significa que não exista essa componente na FIP ca no ISCED, só que está um pouco fraca, logo há necessidade de reforçar.

E: Parece-me que esta componente não tem sido focada porquê? O que falta, pode precisar evidências? Os professores apontam soluções?

e: Um dos professores do curso, apontava duas visa, uma era a revisão do currículo, pois que o currículo tem muitas fragilidades e algumas disciplinas têm muitas horas teóricas em detrimento das experimentais... e a segunda, a ideia é.... Corrigir várias coisas que não estão bem no curso para que o aluno encontre outras áreas de integração social alem da educação.

E: Como gestor do curso qual é a sua opinião relativamente a estas ideias que os professores levanta?

e: Minha opinião é que se reveja o plano curricular que temos de modo a melhorar, por exemplo algumas cadeiras como a química quântica ajudaria o aluno a ampliar esta área experimental, mas como não temos estruturas de laboratório as aulas são meramente teóricas, não se tem feito prática o que quer dizer que nesta disciplina a componente prática não existe, igualmente para outras disciplinas, embora algumas ainda faz-se prática experimental mas a maior parte não por escasseis de instrumentos e materiais. Não se alia a teoria e a prática.

E: E no caso dos estudantes e como tomam conhecimento de tais políticas?

e: Na verdade a gestão a nossa gestão aqui é de recursos humanos e académica, mas os alunos para ser verdade, não tem recebido informações nesta base, única coisa que sabem é que assim como estamos a terminar o ano lectivo, eles vão observar se o currículo que se afixa esta de acordo a sua formação do ensino geral, porque eles apenas podem constatar o

que trazem do ensino médio e que se adequa ao curso de química ou não. ... mas em termos de informação da política não.

E: Disse que como está a terminar o ano, afixam o currículo, para os que pretendem ingressar tomem conhecimento, e ao longo da formação eles não são informados sobre a política da sua formação em nenhuma cadeira do curso?

e: De forma geral sim na cadeira de Desenvolvimento Curricular... anteriormente era dada por qualquer um mas atualmente já é dada por uma professora daqui do curso de Química, mas não tenho a certeza se ela fala sobre esse assunto, porque nunca pediu orientações sobre a questão da política do curso apenas pediu o plano curricular por estar ligado ao programa da referida cadeira. Mas o PPC não.

E: Ok... Na qualidade de gestor do curso tem um plano de melhoria atendendo as múltiplas fragilidades constatadas?

e: Em princípio não... porque é do conhecimento da instituição essas fraquezas que são constatadas, segundo o gestor máximo, numa das reuniões o que manifestou que o que influencia em muitas das vezes as fraquezas dos cursos está ligado ao regime pós laboral porque estes formandos têm múltiplas dificuldades em relação aos do regime diurno, porque nota-se que foram mal preparados... e quando atrás a professora falou do perfil de entrada, a nível do curso nós temos estado a fazer tudo háver se haja melhoria e qualidade, é complicado porque para o ingresso os alunos são submetidos a uma prova desde que reúna as condições exigidas... muitas vezes o nota obtida não garante não define que está preparado para ser formado no curso que ingressou.. A ideia da direção era mesmo de terminar com a formação no pós laboral.

E: Por favor quer acrescentar algum aspeto eu não tenha sido focado na nossa entrevista...

e: A minha sugestão é que este é um trabalho importante mesmo para nós enquanto gestores, porque falar de políticas para a gestão dos cursos do Ensino superior fala-se pouco e poucas pessoas sabem, se houver mais divulgação destas atividades as pessoas estarão mais informadas e os alunos mais orientados para a escolha do curso, por isso reitero que se divulgue mais este estudo para nos ajudar a melhorar a gestão.

E: Agradeço a boa vontade do senhor, abertura que mostrou e a acessibilidade ao pedido ora solicitado, na perspetiva de voltar para quando acharmos importante, dizer que a

quando da solicitação da realização destas buscas, nos propusemos em divulgar sim os resultados da pesquisa sempre que nos forem abertos espaços na instituição e não só.

Na certeza de que poderemos enviar em a tempo oportuno a transcrição para que seja validade. Obrigada.

e: Podem voltar... que estaremos sempre dispostos a receber-vos.

Lubango, 30 de Setembro de 2018

Transcrição da entrevista feita ao E3 (validada)

Enquadramento

Aos 11 (onze) dias do mês de Outubro de 2018, pelas treze horas e cinquenta minutos, foi realizada uma entrevista semi-estruturada ao Coordenador Provincial da Zona de Influência Pedagógica, Gestor de Projectos e Porta Vós do Gabinete Provincial da Educação da Huíla. Esta entrevista teve lugar no ISCED-HUÍLA;

A finalidade da entrevista foi caracterizar o ponto de vista do entrevistado sobre as dimensões presentes no guião da entrevista em função dos seus cinco blocos (A a E). De referir que para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes procedimentos:

- (a) solicitação de autorização para colaboração do estudo de investigação ao Coordenador Provincial da Zona de Influência Pedagógica, Gestor de Projectos e Porta Voz do Gabinete Provincial da Educação da Huíla.
- (b) contacto com o entrevistado via telefónica para solicitação de colaboração e marcação da realização da entrevista;
- (c) O procedimento adoptado ao longo da entrevista foi o de procurar que a conversa, entre entrevistado e entrevistadora, decorresse num ambiente aberto e cordial .

A entrevista decorreu de forma informal, tendo-se alterado a ordem de algumas das questões previstas, sempre que considerado pertinente para a melhor compreensão do diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado.

Local da entrevista: ISCED-HUÍLA.

Data de realização: 2018/10/11

Hora de início: 13h e 50min

Hora de término: 14h e 24min

Nome do entrevistado: E3

Legenda: E- entrevistadora; e -entrevistado

Transcrição integral da entrevista

BLOCO A: Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado,

E: Caro professor E3, o objetivo geral do projecto que se está a desenvolver centra-se em analisar o impacto das políticas educativas nacionais na FIP em Angola no desenvolvimento de práticas institucionais e sugerir eventuais formas de o melhorar, no ISCED-HUÍLA; as razões que nos motivam a desenvolver esta temática prendem-se com o facto do ISCED_Huíla ser a Instituição mais antiga de Angola na FP; a nossa trajetória enquanto estudante da Licenciatura em Educação/Química no ISCED_Huíla (por exemplo, as dificuldades observadas ao longo da nossa formação na Instituição) e a nossa experiência de docência na disciplina de Química.

Garantimos confidencialidade, por este fato, permita que gravemos o áudio, porque posteriormente o senhor professor poderá validar a transcrição da referida entrevista.

e: ... Concordo plenamente e agradeço pela confiança a mim depositada.

BLOCO B: Caracterização do perfil do entrevistado

E: Caro professor E3, o cargo que representa na ZIP, sendo de liderança, onde é necessário tomar decisões sérias importantes e estas decisões relacionam-se sempre com o percurso profissional/pessoal posto que pauta-se por uma qualidade de ensino. Podia descrever um pouco o seu percurso profissional, pois que com certeza tem uma experiência que garante qualidade do seu trabalho? Há quanto tempo exerce o cargo? Qual é a sua experiência Profissional?

e: De princípio devo agradecer pela escolha em poder partilharmos nesta sua construção científica... devo dizer que de princípio sou professor de profissão, sou formado em linguística francês, depois fiz também a pós graduação em Supervisão Pedagógica, depois fiz meu Mestrado em Engenharia de Formação e Didáctica de Francês, Doutorando em Supervisão Pedagógica e ainda fiz a minha pós graduação em Gestão Escolar, e pós graduação em Ensino da Língua Portuguesa e Matemática do ensino Primário, portanto sou professor de Língua Portuguesa, de Língua Francesa e professor de Inglês, hoje também sou professor no Ensino Superior de Sociologia da Educação e da Saúde, e outras áreas de profissionalização tenho estado a me formar para cada vez mais desempenhar com qualidade a minha profissão.

E: Obrigada professor, Há quanto tempo exerce o cargo de coordenador da ZIP?

e: Eu estou desde 2013, portanto fui chamado a partir do Magistério Primário onde trabalhava, na qualidade de ser responsável na altura de coordenador pela formação inicial, contínua e a distância e nesta fase fui nomeado como Gestor de Projectos e seguidamente das ZIP e atualmente respondo pela coordenação do Gabinete de Comunicação Institucional do Gabinete Provincial da Educação da Huíla.

E: Vê-se pelo seu perfil profissional, que atende à muitos desafios, Neste caso gostava de saber quais a principais funções que desempenha enquanto coordenador da ZIP?

e: ... Eh a primeira função está relacionada com a planificação, portanto, antes de fazer qualquer intervenção, eu tenho uma equipe de trabalho, a qual coordeno e na qual fazemos a planificação de todas as ações a serem desenvolvidas, depois elaboramos todos os pressupostos necessários ou elencados para esta planificação e também tenho a função de fazes a implementação desta planificação e o devido acompanhamento, porquê não a avaliação contínua que todos os aspectos elencados na planificação, então faço o acompanhamento não só em sala de aulas mas também em oficinas metodológicas onde ... sabe-se que fazemos as planificações quinzenais pedagógicas onde partilho algumas experiências ao longo do trabalho e as dificuldades que eles vão tendo no desempenho das funções de professores

E: Ok... ainda assim como disse, a pesar da agenda muito recheada de tarefas diversificadas, encontra motivações para continuar no cargo?

e: ... Olha de princípio sim... porque primeiro, é necessário gostar daquilo que nós fazemos, caso contrário temos de ter a capacidade de solicitar a demissão... Só o facto de interagir com os professores é uma forte motivação para continuar a fazer este trabalho, quando um dia eu sentir que já não quero, eu próprio vou pedir a minha demissão

E: Está bem professor ... são muitos desafios...

e: bastante...

E: Já confirmou que alem de estar a coordenar a ZIP, é também professor. Portanto terminamos o Bloco B que era para caracterizar o seu perfil. Permita que passemos para o bloco a seguir que é sobre a área de atuação em ligação com a Formação Inicial de Professores (FIP) a FIP de Química no ISCED_Huíla.

Bloco C: Área de atuação em ligação com a Formação Inicial de Professores (FIP) a FIP de Química no ISCED_Huíla

E: Na sua área, como interactiva, como intervém na a FIP de Química no ISCED_Huíla?

e: De princípio, esta formação, devemos ter em conta que os professores estão numa fase de aprendizagem, e nesta fase eles deparam-se com muitas dificuldades, pois que uma coisa é ter experiência de trabalho, outra é estar a formar-se para amanhã você vis a atender em função da área em que você está sendo formado... estes desafios em lidar com o colegas em formação tem estado a passar por uma capacitação para partilha não so da experiências que temos, mas também adequarmos com aquilo que eles estão a buscar na FIP, isto é fazer uma comunhão de competências que acima de que so se constata seu valor quando eles vêm ao retorno partilhado com as pessoas necessitadas nas escola, com os professores ao serem colocados em áreas de formações e assim sucessivamente....

E: Com certeza na coordenação da ZIP trabalha e acompanha o trabalho dos formandos do ISCED?

e: Com certeza...

E: E da área de química?

e: ... Até porque temos muitos professores pois que a nossa supervisão não é uma supervisão de especialidade, isto porque a nível do país ainda temos uma supervisão ainda generalizada, porque é principalmente focada no ensino primário. Mas quando, as vezes vamos as escolas do segundo ciclo nos partilhamos questões metodológicas...pois posso não ser tão bom em química mais posso buscar várias formas e caminhos para direccionar os professores, portanto encontramos não só professores em formação de Química mas também de outras áreas, e a trabalhar no ensino primário, e o que se constata é que ele as vezes não aplica o que vem buscar no ISCED pois encontra um plano curricular na escola onde estará a trabalhar e nós as vezes, quando vamos as escolas do ensino secundário e porque actualmente já foram criadas as ZPS do primeiro ciclo, a nossa intervenção actua nas planificações com estes professores, quando esses professores apresentam alguma debilidade, nós supervisores, não respondemos imediatamente à questões científicas mas sim a questões metodológicas, e damos o nosso contributo...

E: Há quanto tempo interage com professores em formação no ISCED e em serviço nas escolas de aplicações?

e: Desde o momento que formei-me na área de supervisão em 2010, e em 2011, comecei a ter contacto com os professores em formação no ISCED...

E: Considera-se um mediador entre o poder políticos central (ministério...) e as instituições (escolas, instituições de formação de professores, ...).Por favor explique a sua posição quanto a este aspeto.)?

e: ... Com certeza... pois primeiro como supervisor, conheço o plano político da educação do País, os planos curriculares do País. Conheço os pressupostos curriculares da política do País... Ao olhar pelos objetivos dos subsistemas de Ensino angolano, nós temos de andar todos juntos, ou seja como supervisor não devo permitir que o professor na base escorregue ... sem olhar para aquilo que está previsto a nível do ministério... portanto, faço de modo que o professor prossiga com aquilo que é estatutário, por exemplo quando depois que passamos na fase de planificação, muitos professores mudaram a sua forma de trabalho por causa da nossa intervenção, eles colocavam nos seus planos de aulas o objectivo geral, quando este já está na planificação geral só Ministério. Portanto isso tudo foi fazendo com que os professores fossem compreender o que é a política e o que é a implementação na base, posso aqui dizer que sinto-me de mediador entre a política central e o que se faz a nível da base.

E: Por exemplo, tem participado em reuniões de coordenação a nível do País?

e: ... É o que mais faço....”Dizer que segunda feira estarei em Luanda” para participar num destes encontros.

E: O que se tem discutido neste fóruns?

e: ... Muito sinceramente olha-se muito para a FP, por outro lado também olha-se para a política desenhada para a FIP, se corresponde com os anseios da base, no país e não só, aquilo que é a contextualização do ensino no país, porque muitas vezes nos agarramos na contextualização da capital Luanda quando não corresponde com o contexto de educação na Huíla, ou outra província, também olha-se na análise dos currículos, a capacitação contínua de professores, a adequação dos conteúdos em termos de manuais, que por vezes merecem alguma actualização e que por vezes a sua vigência é superior a cinco anos.

E: Em que medida (como?) as orientações que saem dessas reuniões influenciam as suas praticas aqui a nível local?

e: Sim... temos estado a fazer o máximo... sabe-se que muitas vezes, encontramos obstáculos, embora actualmente já se reflectam mudanças. Por exemplo, quando trazemos novidades destes encontros, encontramos barreiras dos nossos responsáveis superiores

hierárquicos, porque as vezes o envolvimento de custos para a disseminação muitas vezes quando os apresentamos um plano de necessidades para a disseminação, surgem barreiras. Mas muitas vezes quando organizamos encontros em que sentimos que para a sua efetivação não é necessário o envolvimento de custos, aproveitamos lançar muitos aspectos...

E: E conseguem controlar embora as muitas dificuldades como referiu, consegue-se constatar que há alguma mudança nas práticas institucionais?

e: Para alguns, porque temos que perceber que nas escolas ainda há muitas pessoas insatisfeitas, pois como diz-se que um verdadeiro profissional é aquele que investe-se sozinho, sentimos que ainda há professores que julgam que quem deve investir em **si** é aquele Governo ou Estado...por exemplo, quando se pretender fazer uma comunicação, o professor justifica que não tem um computador, e não é da minha responsabilidade a aquisição de tais meios... Temos controlado um ou outro caso, mas, há ainda muito o que se fazer.

E: Julga que conforme no desempenho do seu trabalho, com os professores de Química em formação, as políticas nacionais estão presentes neste processo de FIP? Os professores conseguem reinterpretá-las e se observa na sua prática laboral ou ainda há alguma resistência?

e: Ainda carece de uma intervenção pois que quanto a contextualização da política nacional, ainda nota-se uma dificuldade.

E: Julga que ainda há alguma fraqueza na promoção de fóruns de informação e partilha das políticas educativas para a FIP?

e:... Um ou outro professor tem conhecimento e nós também temos estado a partilhar, mas, nota-se que as vezes os formandos têm um olhar na direção vertical... é preciso que o professor em FI, a medida que vão estudando, observem sim o Plano curricular mas olhem para traz, pois que depois de terminar tal formação eles são colocados no ensino secundário e primário. E nem sempre eles conseguem articular o aprendizado na sua profissão...

E: O professor pode apontar algumas causas de tais desarticulações para a melhoria?

e: ... Em minha opinião, acho que podemos indicar que o principal foco desta desarticulação está na instituição implementadora.. no caso o ISCED, não pode apenas

funcionar por si, é necessário que olhe para baixo, e buscar as necessidades da base, porque, de modo a que quando os professores terminarem a sua formação inicial não tenham dificuldades de interactivação. Sinto que um ou outro ter fragilidades, ainda acho que a instituição deve oferecer esta possibilidade de criar políticas incentivadoras para despertar nos futuros professores sobre as suas responsabilidade.

E: Pela resposta que apresenta parece estar a afirmar que o ISCED não tem políticas para a extensão da FIP com as escolas de aplicações?

e: Sim julgo que não tem...

E: Que sugestão daria ao ISCED como forma de melhorar esta maneira de proceder? Se fosse convidado a participar de uma oficina metodológica no ISCED como parceiro direto da FIP que plano apresentaria para a proximidade das parte e reanálise das políticas?

e: Começaria pela criação do projecto Educativo dos cursos do ISCED, pois observo que o nele deveriam constar quem são as pessoas que haviam de trabalhar na FIP, estreitando os laços entre eles, isto é o ISCED e as instituições da Direção da Educação, de formas a que, as escolas do ensino secundário participem na elaboração deste projecto, de modos que o ISCED descubra as suas fragilidades na base e traçar novas políticas para responder a demanda,

e: O professor não acha que é tempo de mais seriamente reflectir em encontros metodológicos de negociação e parceria, com ISCED de maneiras a sugerir melhorias na recontextualização das Políticas de FIP?

e: de princípio temos um protocolo em que na antiga Direção da Educação onde elencamos um conjunto de estratégias, para que o ISCED possa reaver o produto da sua formação, que acaba sendo nosso também. Pelo que me apercebi eles estão a trabalhar nestes instrumentos para aproximar a Direções de escola para identificar as principais dificuldades para solucionar.

E: Constata que se oferece alguma resistência por parte dos docentes em formação em acatar e interpretar os currículos e estratégias de trabalho?

e: sim... nós chamamos de resistências a mudança, porque muitos saem da FIP, a nível superior e acabam por ser muito vaidosos, e no desempenho da sua profissão acaba menosprezando aquele profissional experiente embora com baixo nível académico que o

seu e resistem em aceitar as políticas de base, mas temos encontrado aqueles que são intermédios e recontextualizar.

E: Professor de facto foi frutífero este bloco, e permita que passemos para o próximo...

e: Sim..

BLOCO D: FORMAS PARA MELHORIA DA FIP NO ISCED-HLA

E: Professor, em termos globais considera que a formação que está ser ministrada aos futuros professores de química corresponde ao que o País esperados professores em geral e d Química em particular. Por favor desenvolva a sua ideia dando, se possível, evidências concretas. Daria alguma sugestão à instituição de FIP no sentido de a formação poder vir a ser melhorada...

e: Bom... acho que estamos a entrar numa nova dinâmica e o próprio Ensino Superior está a entrar numa reforma, e ainda assim não é o suficiente, pois acho que precisamos de sentar para fazer um inquérito de levantamento de terreno e não de gabinete, porque há aspectos que estão nos PPC que estão ultrapassado e acho que ainda precisa-se de melhoria.

E: De maneira gera, o professor poderia fazer uma síntese de um plano como sugestão para melhorar?

e: Como primeiro aspecto é a questão dos manuais, que devem ser de acordo com o contexto das políticas regionais, pois para além destas serem nacionais devem observar o que mais ou menos na área da Huíla ou Namibe em função das suas necessidade e essência o que nós como instituição devemos investir para melhor explorar estes formandos? Este é o primeiro passo que portanto passa por fazer primeiro um diagnóstico da situação real para depois a produção, construção de meios materiais de modo que se adequem as expectativas das pessoas.

E: que manuais que o professor se refere, da parte do ISCED ou da Escola de aplicações?

e: Se forem da parte da escola depende-se no INIDE, e do ISCED, por ser uma instituição autónoma deveria investir melhor em manuais que reflectam os programas de estudo da base (Currículo vertical mas ascendente- descendente). Portanto, estou a me formar para servir na base, O ISCED deve ver o perfil académico e também o profissional, garante do exercício profissional do futuro professor.

E: Como parceiro direto desta FIP no ISCED, podia architectar um plano de melhoria para a referida, visto que apresenta brilhantes ideias, uma síntese deste plano? Pois que ainda temos muitos desafios.

e: Colocando-me no lugar de acompanhante aos professores também olharia para a questão da formação contínua, já que o ISCED ao promover a FI em Química por exemplo eu olharia este professor que reflectisse grandes resultados para a formação contínua. Planificaria assim, primeiro é um produto em formação que futuramente prestaria para a capacitação de mais pessoas, neste caso também trabalharia com o ISCED para a concepção de políticas de formação contínua dos alunos em FI, pois temos de começar a olhar para os produtos e se estes produtos trazem resultados, não basta multiplicar indivíduos em formação quando estes depois não são capazes de dar resposta favorável, pois os grandes clientes das escolas é a sociedade que espera bons resultados da formação desenvolvida pelo ISCED, então, o ISCED deverá abarcar a componente de formação contínua.

E: Deduzo que o ISCED, a partir da sua opinião, deveria reformular as suas políticas?

e: Sim porque isso até seria um grande desafio da própria instituição.

E: o professor é apologista da ideia de avaliação do impacto do formado no ISCED nas práticas profissionais?

e: Com certeza pois que o sucesso das instituições ou de qualquer projecto, passa pela avaliação, pois se assim não acontece cai-se no fracasso.

E: vamos concordar que se o ISCED ainda apresenta tais fragilidades é porque não acompanha de perto os seus formandos?

e: Sim vamos dizer que tem pouco acompanhamento dos seus formandos em serviço.

E. Agradeço muitíssimo a sua prestimosa dedicação para a realização desta investigação, e gostaria de lhe pedir alguma crítica ou sugestão sobre o estudo que se desenvolve neste em particular? Por favor quer acrescentar algum aspeto que eu não tenha sido focado na nossa entrevista.

e: Bom ... como está a falar um pouco da avaliação seria bom enfatizar a questão da diferenciação pedagógica dentro da avaliação porque um aspecto para ajudar a conduzir o processo de aprendizagem é começar pela avaliação para fazer-se diferenciação pedagógica ou seja definiremos onde começar, como e quando começar e porque começar.

BLOCO F: FINALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

E: Agradecer a disponibilidade, a boa vontade do senhor, abertura que mostrou e a acessibilidade ao pedido ora solicitado, na perspectiva de validar as transcrições e voltar para quando acharmos conveniente.

e: Podem voltar... que estaremos sempre dispostos a receber-vos.

E: Obrigada.

Lubango, 11 de Outubro de 2017

